



**FACULDADE DE LETRAS E CIENCIAS SOCIAIS**  
**Departamento de Ciência Política e Administração Pública**  
Licenciatura em Administração Pública

Trabalho de Conclusão do Curso

*Avaliação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana na*  
*Cidade de Maputo 2011-2014*

**Autora:** Jennifer Baptista

**Supervisor:** Baltazar Muianga

Maputo, Novembro de 2022



**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**Departamento de Ciência Política e Administração Pública**  
Licenciatura em Administração Pública

Trabalho de pesquisa por ser apresentado a Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como um dos requisitos parciais para a obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública

*Avaliação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana na Cidade de Maputo 2011-2014*

Trabalho de Fim do Curso apresentado em cumprimento dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em Administração Pública na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

A Licencianda

Jennifer Gariray Fernandes Baptista

---

O Presidente

---

O Supervisor

---

O Oponente

---

Maputo, Novembro de 2022

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA .....	vii
AGRADECIMENTOS .....	viii
DEDICATÓRIA .....	ix
RESUMO.....	xi
ABSTRACT .....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xiii
ÍNDICE DE TABELAS .....	xiv
ÍNDICE DE FLUXOGRAMA.....	xiv
ÍNDICE DE FIGURAS .....	xiv
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	xiv
CAPÍTULO I .....	1
1. Introdução.....	1
1.1. Contextualização .....	3
1.2. Problema de pesquisa .....	4
1.2.1. Pergunta de Partida .....	5
1.3. Hipótese.....	5
1.4. Objectivos .....	5
1.4.1. Geral .....	5
1.4.2. Específicos .....	5
1.5. Justificativa.....	6
1.6. Revisão de literatura.....	7
CAPÍTULO II.....	9
2. Metodologia.....	9
2.1. Método de Abordagem .....	9
2.2. Definição da Amostra: População e Amostra .....	9
2.3. Amostra.....	10

2.4. Técnicas de amostragem .....	10
2.5. Técnica de recolha de dados .....	10
2.5.1. Pesquisa bibliográfica .....	11
2.5.2. Pesquisa Documental .....	11
2.6. Considerações éticas .....	12
2.7. Limitações de pesquisa .....	12
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>13</b>
<b>3. Quadro teórico e conceptual.....</b>	<b>13</b>
3.1. Quadro teórico .....	13
3.1.1. O modelo do equilíbrio interrompido (Punctuated Equilibrium Theory) .....	13
3.2. Quadro conceptual.....	16
3.2.1. Eficiência .....	16
3.2.2. Eficácia .....	16
3.2.3. Sustentabilidade .....	17
3.2.4. Relevância .....	17
3.2.5. Impacto.....	17
3.2.6. Pobreza.....	18
3.2.7. Políticas Públicas.....	19
3.2.8. Avaliação de Políticas Públicas .....	19
3.2.9. Emprego .....	20
3.3. Modelo de análise.....	20
3.4. Causas da pobreza .....	22
3.5. Constituição, Objectivos, Estrutura e Financiamento do PERPU 2011-2014 .....	23
3.5.1. Constituição .....	23
3.5.2. Objectivos do PERPU 2011 - 2014.....	23
3.5.3. Estrutura do PERPU 2011 - 2014.....	23

3.5.4. Financiamento .....	23
3.5.5. Orçamento.....	24
3.5.6. Operacionalização do PERPU.....	24
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>25</b>
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>25</b>
4.1. Localização, extensão territorial e Universo populacional .....	25
4.2. Instituições de saúde .....	27
4.3. Número de instituições de ensino .....	27
4.4. Geração de Emprego por via do PERPU 2011-2014 .....	27
4.4.1. Auto-emprego .....	27
4.4.2. Micro, pequenas e médias empresas.....	29
4.4.3. Indústrias e serviços, intensivos em trabalho .....	30
4.4.4. Ambiente de negócios.....	31
4.5. Implementação do PERPU e sustentabilidade dos postos de emprego na Cidade de Maputo.....	31
4.6. Avaliação do PERPU baseada nos critérios da OCDE .....	35
4.6.1. Afectação de recursos por género .....	36
4.7. Evolução da taxa do reembolso do PERPU na Cidade de Maputo.....	37
4.7.1. Taxa de reembolso referente a cada Distrito Municipal .....	39
4.8. Conclusão e Recomendações.....	40
4.8.1. Conclusão .....	40
4.8.2. Recomendações.....	42
4.9. Referências bibliográfica.....	43

Apêndices

Anexos

## **DECLARAÇÃO DE HONRA**

Declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e nas referências bibliográficas as fontes usadas para a elaboração do mesmo.

A Licenciada

-----  
(Jennifer Gariray Fernandes Baptista)

Maputo, Novembro de 2022

## AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a *Allah Subhanna WaTaalla*, por me manter firme durante todo o processo.

A elaboração de um trabalho de fim do curso é um processo complexo, que exige não só a dedicação do autor, como também exige a disponibilidade e boa vontade do supervisor e disponibilidade de material didático. Por ser assim, endereço os meus profundos agradecimentos ao Dr. Baltazar Muianga, que teceu sempre que possível críticas e recomendações incenssantes a este trabalho, aos professores do Departamento de Ciência Política e Administração Pública, que também não mediram esforços e contribuíram para a melhoria desta pesquisa e melhor compreensão do objecto de estudo, e especialmente ao Dr. Guiliche, que sem hesitar contribuiu também para a melhoria da pesquisa.

Aos meus pais, e especialmente a minha falecida mãe, que vibrava intensamente a cada conquista minha, ainda que minúscula, aos meus familiares, amigos, colegas Francisco Cinquenta, Fátima Saieze, o meu muito obrigada.

A todos os docentes do Departamento de Ciência Política e Administração Pública, que consubstanciaram com bases teóricas exploradas ao longo da formação, os meus profundos agradecimentos.



## **DEDICATÓRIA**

A minha mãe Maria Clara Rurane

(Eterno descanso)

## **EPIGRAFE**

"A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,  
mas pensar o que ninguém pensou sobre aquilo que  
todo mundo vê". (Arthur Schopenhauer)

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como tema Avaliação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana na Cidade de Maputo 2011-2014. Tem como objectivo geral: avaliar a implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana no âmbito da geração de emprego na Cidade de Maputo. Para a realização desta pesquisa, foi usado o método hipotético dedutivo, que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual se formula a hipótese, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela hipótese. No que tange as técnicas de pesquisa ou de recolha de dados, foram privilegiadas duas categorias, a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental (documentação indirecta) e entrevistas (documentação directa). E por último, foi usada a teoria do equilíbrio interrompido por aclarar de forma simples o problema de pesquisa. O principal resultado desta pesquisa indica que o fraco reembolso condiciona de grande forma a sustentabilidade do programa e o objectivo de redução de pobreza urbana. Apesar das anomalias, irregularidades constatadas, o PERPU 2011-2014, contribuiu para redução da pobreza, assim como aumentou postos de trabalho, porém, o governo precisa ser fiel aos discursos, de modo a tornar o projecto, eficaz, eficiente, proactivo e principalmente sustentável.

**Palavras-chaves:** Programa Estratégico, Redução da Pobreza Urbana.

## **ABSTRACT**

The present research has as its theme Evaluation of the Strategic Program for Urban Poverty Reduction in the case of case Maputo City 2011-2014. The main objective is to evaluate the implementation of the Strategic Program for the Reduction of Urban Poverty within the scope of employment generation in Maputo City. To carry out this research, it was used the hypothetical method, that begins with the perception of a gap in knowledge about which the hypothesis is formulated, through the deductive inference process, tests the prediction of the occurrence of phenomena covered by the hypothesis. In terms of data analysis techniques, two categories were privileged, bibliographic research and documentary research (indirect documentation) and interviews (direct documentation). Finally, it was used the punctuated equilibrium theory to explain the research problem in a simple way. The main result of this research indicates that the low reimbursement greatly affects the sustainability of the program, as well as the objective of reducing the urban poverty. Despite the anomalies, irregularities found, the PERPU 2011-2014, contributed to poverty reduction, as well as increased jobs, but the government needs to be faithful to the speeches, in order to make the project, effective, efficient and above all, sustainable.

**Keywords:** Strategic Program, Urban Poverty Reduction.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**CC-** Concelho Consultivo

**CMCM** – Conselho Municipal da Cidade de Maputo

**DM-** Distrito Municipal

**DNEAP-** Direcção Nacional para Estudos e Análises Políticas

**FDD-** Fundo de Desenvolvimento Distrital

**GdM-** Governo de Moçambique

**IESE-** Instituto de Estudos Sociais e Económicos

**INE-** Instituto Nacional de Estatística

**INEFP-** Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional

**MAE-** Ministério da Administração Estatal

**MCTES-** Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**MICOA-** Ministério para a Coordenação e Acção Ambiental

**MPD-** Ministério da Planificação e Desenvolvimento

**OCDE-** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**ODM-** Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

**OE-** Orçamento do Estado

**OIIL-** Orçamento de Investimento de Iniciativa Local

**PERPU** – Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana

**PQG** – Plano Quinquenal do Governo

## **ÍNDICE DE TABELAS**

<b>Tabela 1.</b> Modelo de análise .....	21
<b>Tabela 2.</b> Divisão administrativa da Cidade de Maputo .....	25
<b>Tabela 3.</b> Avaliação do PERPU baseada nos critérios da OCDE .....	35
<b>Tabela 4.</b> Taxa de reembolso do PERPU na Cidade de Maputo.....	37
<b>Tabela 5.</b> Taxa de reembolso por cada distrito municipal .....	39

## **ÍNDICE DE FLUXOGRAMA**

<b>Fluxograma 1.</b> Modelo de análise.....	22
---	----

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

<b>Figura 1.</b> Conselho Municipal da Cidade de Maputo.....	26
<b>Figura 2.</b> Projecto de avicultura.....	29
<b>Figura 3.</b> Projecto de carpintaria e marcenaria.....	30

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1.</b> Projecto de avicultura .....	28
<b>Gráfico 2.</b> Distribuição dos projectos financiados .....	29
<b>Gráfico 3.</b> Sectores financiados .....	30
<b>Gráfico 4:</b> Afectação de recursos por gênero.....	36
<b>Gráfico 5:</b> Evolução da Taxa de reembolso na Cidade de Maputo (2011-2014) .....	38

## **CAPÍTULO I**

### **1. Introdução**

A presente Monografia subordinada ao tema Avaliação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana na Cidade de Maputo 2011 – 2014, tem como objectivo principal, avaliar a implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana no âmbito da geração de emprego na Cidade de Maputo e redução de pobreza urbana.

Nos últimos 14 anos, Moçambique registou um clima de estabilidade macroeconómica que propiciou o crescimento económico e o desenvolvimento social. No domínio do combate à pobreza, que afecta ainda uma vasta maioria da população, o Governo tem vindo a implementar o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I e II).

Assim, o Programa Quinquenal do Governo (PQG) inclui um conjunto de acções que conduzem à redução da pobreza no geral. O documento operacional do PQG 2010-2014, isto é, o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014, vai definir a estratégia geral de redução da pobreza, tanto rural bem como urbana.

O PQG prevê a elaboração do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana. Este programa também faz parte do PARP 2011-2014, na sua dimensão territorial, tendo sido implementado pela primeira vez em 2010 pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento, MPD, com o objectivo de apoiar actividades empreendedoras através de financiamento de projectos individuais ou de associações com vista a aumentar as oportunidades de emprego e os níveis de empregabilidade da mão-de-obra.

Assim, este será operacionalizado por cada um dos municípios, tendo em conta as características específicas de cada um, aumentando o acesso ao crédito e aos serviços financeiros, sem distorcer o sistema concorrencial, beneficiando indivíduos habitualmente excluídas do sistema bancário formal. O financiamento deve assim, subsidiar as iniciativas empreendedoras provadas como viáveis.

Importa referir que existem várias maneiras de realizar uma avaliação, Segundo Cunha (2007), citado por Maguenhe (2016) uma delas é a avaliação académica, mais formal, com interesse no estudo da efectividade das políticas, seus impactos e benefícios, e a outra forma é a avaliação promovida durante o período da implementação das políticas e programas governamentais, com foco na análise de sua eficiência e eficácia.

No que concerne a pobreza urbana, segundo Truzão (2013), ela é vista na actualidade como um dos principais desafios dos países em vias de desenvolvimento, nos quais Moçambique se integra.

Para fazer face a este fenómeno, o Governo Moçambicano através do Plano Quinquenal 2010-2014 delimita como seu objectivo central “combater a pobreza para melhorar as condições de vida do povo moçambicano em ambiente de paz, harmonia e tranquilidade” (PQG, 2010: 5). Para o alcance deste objectivo, diversas acções têm vindo a ser levadas a cabo pelas entidades governamentais dentro das quais se destaca o recém-criado Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2011-2014, *idem*.

O presente trabalho encontra-se estruturado em quatro (4) partes, nomeadamente: a primeira parte é constituída pelo primeiro capítulo que faz a apresentação do tema em análise que compreende a introdução onde é apresentada a contextualização do PERPU 2011-2014, o problema de pesquisa, a pergunta de partida, as hipóteses, a justificativa e a relevância do estudo, o objecto de estudo e a delimitação do tema e por último os objectivos pretendidos pelo trabalho. O segundo capítulo apresenta a metodologia usada para a materialização do estudo. O terceiro capítulo apresenta os fundamentos teóricos que vão guiar o nosso estudo, a definição dos conceitos chave, os teóricos que debruçam sobre o processo da avaliação das políticas públicas e o modelo de avaliação de políticas públicas. Já o quarto capítulo dedica-se a apresentação e análise de dados, e por último, contempla as conclusões, recomendações do estudo, referências bibliográficas e os respectivos anexos.



## **1.1. Contextualização**

O PERPU constitui uma política pública elaborada de forma a materializar o objectivo central do Plano Quinquenal do Governo 2010-2014, que é o de combater a pobreza de forma a melhorar as condições de vida dos cidadãos (PQG, 2010).

Como é sabido, o surgimento do PERPU enquadra-se num contexto em que o discurso governamental sobre a pobreza centrava sua atenção no combate deste fenómeno nas zonas rurais, sendo a destacando-se a introdução no ano de 2006 do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) que foi mudando de designação e hoje é o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), comumente denominado “7 Milhões” destinados aos 128 distritos de Moçambique.

O OIIL tem como objectivo “contribuir para a redução da pobreza através do financiamento de projectos individuais de produção de comida e de geração de emprego e renda. Neste sentido, as políticas traçadas nesta fase tendiam a olhar para o fenómeno da pobreza urbana relegada a um segundo plano. (Sande, 2011 *apud* Truzão, 2013)

Assim, como resultado da chamada Governação Aberta e Inclusiva adoptada pelo Governo no mandato de Armando Guebuza desde 2005, onde os dirigentes à vários níveis entram em contacto directo com a população, apercebeu-se da necessidade de uma intervenção sobre a pobreza no contexto urbano, culminando com a elaboração de uma política pública para o Quinquénio 2010-2014 com vista a fazer face a este fenómeno. Foi neste contexto que o PERPU foi elaborado em 2010 e implementado em 2011.

Este programa passou a fazer parte das acções do Governo com vista a combater a pobreza urbana e com raio de abrangência limitado às capitais provinciais.

A criação de oportunidades de emprego e a protecção social são os vectores fundamentais a serem desenvolvidos no quadro do PERPU. Assim, no que diz respeito a criação de oportunidades de emprego, o programa incorpora actividades como autoemprego, a promoção de pequenas e médias empresas absorventes de mão-de-obra, tais como serralharia, piscicultura, mecânico auto, entre outras. (Truzão, 2013)

A componente de protecção social no PERPU integra aspectos como a acção social directa, a acção social da saúde e a acção social escolar.

## 1.2. Problema de pesquisa

A urbanização e a pobreza urbana são aspectos centrais da África contemporânea. Embora as áreas urbanas sejam responsáveis por uma parte cada vez maior do aumento do crescimento macroeconómico positivo do continente e proporcionem oportunidades para muitos, assistem também a condições emergentes de desigualdade e pobreza, problemas ambientais, instabilidade política, violência e crime. (Tvedten *et al*, 2013)

Os dados mais recentes sobre a população urbana mostram que Moçambique está numa posição intermédia na África Subsaariana, com 31% estimados para 2010 e 36% para 2025, mas o país tem uma das taxas de pobreza urbana mais altas (50%) quando comparada com a rural (57%). Em relação a Maputo, a taxa de pobreza oficial desceu de 53,6% para 36,2% entre 2002/03 e 2008/09, principalmente devido ao aumento de emprego na construção e em empresas de segurança, embora esteja provavelmente relacionada também com os avanços na economia informal. Ao mesmo tempo, em Maputo há diferenças substanciais na receita e na despesa entre os que estão em melhor situação e os pobres, *idem*. (Tvedten, *et al* 2013)

De referir que segundo Maguenhe (2016) a pobreza tornou-se nos últimos anos num dos termos que mais tem preocupado, quer os organismos internacionais, quer os governos dos diferentes países, quer os estudiosos que se tem debruçado sobre o assunto, quer ainda, os técnicos e intervenientes que procuram no terreno enfrentar e minimizar essa situação.

Tvenden *et al* (2012) sugerem que a área de política é mais enfraquecida ainda por responsabilidades sobrepostas que tornam difícil um planeamento coerente entre instituições nacionais como o Ministério da Administração Estatal, o Ministério para a Coordenação dos Assuntos Ambientais (MICOA), o Ministério das Obras Públicas e Habitação e o Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD). O primeiro Plano para a Redução da Pobreza Urbana foi introduzido pelo MPD em 2010, como resposta directa aos tumultos urbanos ocorridos em Maputo em setembro desse ano. O Plano delinea as características especiais da pobreza urbana e advoga medidas de criação de emprego e protecção social para os mais pobres.

Durante a implementação do PERPU na Cidade de Maputo, foram financiados 1184 projectos que resultaram na criação de 3598 postos de empregos, o que significa que em média cada projecto financiado empregou apenas três (3) pessoas.

O estudo concluiu também que os mesmos não revelam a sua natureza, muito menos a qualidade dos empregos criados no âmbito deste programa, e em termos quantitativos a proporção dos mesmos revela-se insuficiente, partindo do pressuposto que os projectos financiados abrangem as associações, consideradas como as que concentram maior número de pessoas que procuram emprego.

Na visão da autora da pesquisa, o país implementou diversos programas cujo objectivo era reduzir os índices de pobreza. Os dados revelam ter havido uma ligeira redução de incidência de pobreza na Cidade Maputo, não em números entusiasmantes, apenas 17% em 6 anos, o que leva a questionar a eficácia e principalmente a sustentabilidade dos mesmos projectos, colocando assim em causa a monitoria e por consequência a qualidade da implementação dos programas, traçando deste modo a seguinte questão de partida:

### **1.2.1. Pergunta de Partida**

Que factores influenciaram o grau de execução do PERPU na Cidade de Maputo (2011-2014)?

### **1.3. Hipótese**

O fraco nível de reembolso, aliado a fraca monitoria contribuíram negativamente para implementação do PERPU, na Cidade de Maputo.

### **1.4. Objectivos**

#### **1.4.1. Geral**

- Avaliar o impacto da implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana no âmbito da geração de emprego e redução de pobreza urbana na Cidade de Maputo.

#### **1.4.2. Específicos**

- Aferir os índices de sustentabilidade, eficiência, eficácia e relevância do programa;
- Medir a sustentabilidade dos postos de emprego criados com a implementação do programa;
- Identificar os principais envolvidos e sua influência na elaboração e implementação dos projetos;
- Analisar e descrever na evolução da taxa de reembolso.

## **1.5. Justificativa**

Escolhemos este tema acima citado por apresentar um problema da actualidade e por ser de interesse da sociedade em geral, e em particular, também, por envolver uma política pública adoptada pelo Governo com o objectivo de minimizar a pobreza urbana aliada a falta de emprego em Moçambique. Por outro lado, permitirá não só a autora da pesquisa, mas também a sociedade no geral, fazer o balanço da actuação do Governo, visto que se trata de um programa cujo teor não constitui inovação, a implementação tem um impacto que se pressupõe favorável ao bem-estar da população.

Para a administração, é importante fazer a avaliação de projectos no sentido de acompanhar o processo e apurar os efeitos da intervenção, redefinição do projecto, caso necessário, extrair aprendizados, prestar contas e mostrar resultados. Estas actividades permitem prever o impacto das acções do governo, permitem também criar modelos que facilitem a formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas, para além de auxiliar a explicação de fenómenos sociais.

Foi tomado em conta a Cidade de Maputo pela sua localização, disponibilidade de material, e pela acessibilidade também. Esta foi a decisão mais adequado ao se observar os princípios de eficiência e eficácia. Outro suporte motivacional que determinou a escolha do tema reside no facto de poder esclarecer ao cidadão, em particular os da Cidade de Maputo em torno das vantagens e desvantagens das políticas do Governo.

Tendo em conta que as políticas públicas de redução da pobreza, segundo Maguenhe (2016), são de extrema importância pois enquadram-se no contexto da acção governamental, cujo principal objectivo é reduzir a incidência da pobreza na vida da população vulnerável (pobre).

## **1.6. Revisão de literatura**

Neste subcapítulo, serão discutidas algumas análises de forma meticulosa e ampla dos debates correntes desta área de conhecimento. Serão aqui reunidas as referências, bem como o levantamento bibliográfico que vão fornecer sustento teórico ao trabalho com a finalidade de responder ao problema de pesquisa.

Assim, segundo Truzão (2013) em Moçambique, o fenómeno da pobreza tem sido alvo de reflexões por parte de diferentes esferas, nomeadamente na esfera política, científica e na sociedade civil em particular. Dentro do campo científico, salienta-se a existência de estudos de diferentes campos do conhecimento.

Mulhovo e Monjane (2009) citado por Truzão (2013) no seu estudo sobre a pobreza urbana em Moçambique mostram que algumas zonas enfrentam problemas de desigualdades associados ao difícil acesso aos serviços socioeconómicos para as famílias pobres. Para estes autores, este cenário de pobreza pode constituir-se em factores motivadores de revoltas populares.

Referem ainda que nos actuais programas do Governo para o combate à pobreza urbana, há uma limitação dos mesmos no que se refere à abrangência, bem como aos recursos atribuídos aos grupos-alvo (idem).

Segundo Brito (2012) o Instituto de Estudos Sociais e Económicos, IESE, "A publicação do terceiro relatório de avaliação da pobreza em Moçambique (DNEAP 2010), baseado em inquéritos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), veio confirmar a tese defendida por alguns autores nos últimos anos, com destaque para Hanlon (2007; 2010) e Cunguara e Hanlon (2010), segundo o qual a pobreza não estava a diminuir, contrariando desse modo a ideia que prevalece em círculos oficiais, mas também dos doadores, os dados oficiais mostram que a pobreza em Moçambique não está a diminuir, nem estabilizada, mas sim a crescer, ainda que a ritmo inferior ao do crescimento da população, ideia esta partilhada também por Boom (2011) segundo a qual " a pobreza está gradualmente a mover-se em direcção as metas de redução da pobreza dos ODM, apesar de evidências também indicarem que o ritmo a que isso acontece está a abrandar".

A pobreza não é uma simples relação estatística, mas a expressão de uma situação concreta de pessoas concretas, e que ela tem vindo a aumentar desde 2002. (Brito 2012)

A análise feita por este das prioridades e objectivos fixados pelos PARPAS para a área da governação, chama a atenção para o facto de serem, na sua maior parte, planos demasiadamente gerais, vagos e insuficientemente articulados entre si para constituírem a base de um verdadeiro plano. E finalmente, abordamos a questão da descentralização, concluindo que se trata de um processo que, passados 20 anos, continua a ser embrionário. Ao mesmo tempo, refere-se que a descentralização, dependendo da forma como se efectiva e das relações que a substanciam, nomeadamente se não for a expressão de um real processo de democratização da sociedade, pode ter efeitos contraproducentes em termos de redução da pobreza.

Apesar dos avanços registados no âmbito da erradicação da pobreza, ainda se assiste à incidência e prevalência de várias dimensões da pobreza nomeadamente, a proliferação do subemprego e a satisfação limitada das necessidades básicas (alimentação, saúde e habitação) no seio de segmentos da população rural e urbana.

O Governo tem dado e continuará a dar prioridade ao desenvolvimento rural, através de políticas de descentralização e de financiamento de iniciativas de promoção do emprego, de produção de comida e de geração de rendimento. Na actual fase, o Governo vai alargar a sua intervenção ao promover iniciativas de redução da pobreza urbana.

O Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana- PERPU: 2011-2014 (2010) define dois vectores no âmbito de combate à pobreza urbana: Geração de oportunidades de Emprego e Protecção Social. Destes vectores, os fundos alocados pelo governo destinam-se ao financiamento do vector de Geração ou Criação de oportunidades de Emprego e remete-se o vector da Protecção Social para o financiamento local (das autarquias).

## **CAPÍTULO II**

### **2. Metodologia**

A metodologia deve ir ao encontro a aquilo que são as características de pesquisa a ser realizada, ou seja, intimamente relacionada ao problema, os objectivos da pesquisa bem como a natureza dos fenómenos que ocorrem. (Marconi e Lakatos, 2008)

Desta forma, as bases desta pesquisa foram os estudos de manuais, artigos e outros materiais relacionados com o tema em causa. Foi usado método qualitativo, para melhor análise da percepção do problema em causa, assim com a apresentação e discussão dos resultados e, por fim apresentação das referências bibliográficas. O estudo de caso foi na Cidade de Maputo (2011-2014).

#### **2.1. Método de Abordagem**

A maioria a especialista faz hoje uma distinção entre métodos e métodos por se situarem em níveis claramente distintos no que se refere a sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstracção, à sua finalidade mais ou menos explicativa, à sua acção nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao momento em que se situam. (Marconi e Lakatos, 2008)

Partindo do pressuposto dessa diferença, o método se caracteriza por uma abordagem mais ampla em nível de abstracção mais elevado dos fenómenos da natureza e da sociedade.

Assim sendo, foi escolhido para esta pesquisa, o método hipotético dedutivo, que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual se formula a hipótese, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela hipótese.

#### **2.2. Definição da Amostra: População e Amostra**

A população é entendida como um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem as características que serão objectos da pesquisa. Assim, a amostra é uma parte do universo ou da população seleccionada pelo critério de representatividade. (Vergara, 2000)

### **2.3. Amostra**

Segundo Marconi e Lakatos (2008), amostra é uma parcela conveniente seleccionada do universo (população).

A pesquisa foi constituída por uma amostra de um total de 35 (trinta e cinco) pessoas que intervieram directamente no estudo, segmentados em dois (2) grupos, nomeadamente: o primeiro grupo composto por funcionários do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, da administração do Distrito Municipal, e alguns membros do Conselho Consultivo (CC) dos bairros, onde procurou-se perceber deles, o real estágio da implementação do PERPU 2011 – 2014, desde os factores de sucesso, assim como, os de insucesso. E o segundo grupo foi composto pelos beneficiários (mutuários) e secretários dos bairros.

### **2.4. Técnicas de amostragem**

A técnica de amostragem é uma técnica usada para determinar a amostra como objecto de pesquisa. É um estágio inicial para determinar a qualidade dos dados de teste. O objectivo é minimizar custos, tempo e energia, mantendo a objectividade da pesquisa. (Goianinha, s.d)

Para a realização desta pesquisa, foi usada uma técnica de amostragem não probabilística, a amostragem por conveniência. Este tipo de amostra é usada quando não se tem acesso a lista completa de indivíduos que formam a população. Os indivíduos são seleccionados pela sua disponibilidade e não por meio de um critério estatístico. (Ochoa, 2015)

### **2.5. Técnica de recolha de dados**

As técnicas de pesquisa ou de recolha de dados podem ser classificadas em dois (2) tipos de procedimentos, nomeadamente documentação indirecta e documentação directa. (Andrade, 2004)

A primeira engloba a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, enquanto, a documentação directa contempla a observação directa intensiva (observação propriamente dita e as entrevistas) e a observação directa extensiva (formulário, questionário, testes, história de vida etc.).

A consolidação desta pesquisa foi possível por meio das duas categorias, tendo sido privilegiado a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas.



### **2.5.1. Pesquisa bibliográfica**

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (Gil 2002)

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no facto “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar directamente.

### **2.5.2. Pesquisa Documental**

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. (Gil, 2002)

Enquanto a pesquisa bibliográfica se baseia fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental beneficia-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou seja, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objectos da pesquisa.

Deste modo a materialização deste estudo foi possível através do uso das duas categorias, tendo sido privilegiado a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas.

No que tange a pesquisa bibliográfica, esta foi elaborada com base em material já publicado, constituído essencialmente por obras literárias, artigos publicados e dissertações sobre o tema em estudo.

Quanto a pesquisa documental, a nossa pesquisa fundamentou-se no levantamento dos relatórios oficiais, elaborados e publicados pelas entidades responsáveis pela implementação e monitoria do programa.

E por último, foram efectuadas entrevistas junto dos principais intervenientes do processo (beneficiários) assim como alguns funcionários da administração do Distrito Municipal KaMubukwana que fazem parte da Comissão Técnica Distrital, secretários dos bairros envolvidos no estudo, funcionários do Município da Cidade de Maputo e do Instituto Nacional de Estatística (INE).

## **2.6. Considerações éticas**

A ética está directamente ligada aos princípios e valores que determinam a conduta humana em relação ao meio em que se vive, que por sua vez, destaca alguns princípios da ética na pesquisa. O princípio da beneficência que consiste em garantir o bem-estar ao sujeito envolvido, princípio da justiça, o amparo de grupos sociais, culturais, raciais, etc, e o princípio do consentimento informado. (Ferreira, 2005)

Com vista a garantir o respeito pelas pessoas, neste trabalho, os participantes não autorizaram a gravação das entrevistas no acto de recolha de dados, com excepção de poucos mutuários cujas entrevistas foram presenciais, e outras por meio de chamadas telefónicas. Neste trabalho foi preservada a identidade de todos os inqueridos, identificando os mutuários de forma numérica. As entrevistas feitas aos funcionários do Concelho Municipal, aos funcionários dos demais Ministérios, e secretários dos bairros, foram realizadas nos respectivos locais de trabalho.

Relativamente à beneficência, as pessoas envolvidas na investigação, os inqueridos foram tratados de forma ética, respeitando as suas decisões.

## **2.7. Limitações de pesquisa**

Como qualquer tipo de pesquisa, tanto qualitativa como a quantitativa, esta também esteve sujeita a limitações, nomeadamente:

- a) Existência limitada de conteúdo bibliográfico inerente ao tema em análise;
- b) A "Burocracia" nas instituições, que teve como consequência a morosidade do processo de recolha de dados;
- c) Com o crescente número de infecções pelo novo Corona vírus, muitas bibliotecas, senão todas, foram encerradas, sem data prevista para a reabertura, comprometendo assim a recolha de dados, dada a sua inexistência em bibliotecas online;
- d) Pouca colaboração por parte das instituições para concessão de entrevista, em parte também por conta do Corona Vírus.

## CAPÍTULO III

### 3. Quadro teórico e conceptual

No Presente capítulo a autora da pesquisa apresentará o modelo teórico e a conceptualização de alguns conceitos essenciais que serão discutidos no decorrer do estudo que vai guiar o leitor no entendimento das discussões apresentadas.

Assim sendo, foi escolhido o modelo de equilíbrio interrompido (*Punctuated Equilibrium Theory*). É objetivo deste modelo teórico, contribuir para a compreensão das políticas públicas. Este modelo é considerado por diversos autores como sendo um dos quadros teóricos mais promissores no campo analítico das políticas públicas. É um modelo logicamente coerente, empiricamente verificável, claro, abrangente e replicáveis em diferentes áreas de política, situações e contextos.

#### 3.1. Quadro teórico

##### 3.1.1. O modelo do equilíbrio interrompido (*Punctuated Equilibrium Theory*)

O modelo *Punctuated Equilibrium*, desenvolvido por Frank Baumgartner e Bryan Jones, é construído com base no seguinte princípio: os processos políticos são geralmente caracterizados por estabilidade e incrementalíssimo, pontuado ou interrompido, ocasionalmente, por mudanças de larga escala. A estabilidade, mais que as crises, caracterizam a maioria das áreas de política, mas as crises ocorrem. Compreender o processo político implica analisar as condições de estabilidade e simultaneamente as condições da mudança (True, Jones e Baumgartner, 2007: 155-156).

Para Rodrigues (2017), objetivo dos autores foi construir uma abordagem que permitisse explicar quer as descontinuidades ou interrupções (*punctuations*), quer as continuidades (*stasis*) das políticas, argumentando que o mesmo sistema institucional gera as mudanças pequenas e graduais e as grandes rupturas. Na sua abordagem os autores propõem uma metodologia que combina estudos qualitativos de políticas públicas com estudos quantitativos e longitudinais, seguindo as mudanças de políticas em longos períodos de tempo.

Propõem como chave para compreender as mudanças na agenda política, isto é, as interrupções ou descontinuidades dos equilíbrios, dois conceitos: “imagem política” (*policy image*) e “subsistema político”.

Em primeiro lugar, o conceito de imagem política — a forma como uma política é percebida e discutida — e os “processos de mudança nas políticas públicas” dependem da forma como os assuntos são percebidos publicamente. As imagens políticas são ideias que permitem a compreensão dos problemas e das soluções e que podem ser comunicadas de forma simples e partilhadas por uma comunidade, ou seja, são retratos dos problemas, incluindo as narrativas sobre as suas causas e as soluções para os resolver. Quando uma imagem é largamente partilhada e aceite constitui-se como monopólio político.

Os monopólios políticos mantêm o equilíbrio e a estabilidade dos sistemas. Quando há divergências em relação a uma imagem os defensores de ideias diferentes podem conseguir desestabilizar o monopólio. Imagens políticas alternativas são desenvolvidas com base em dois tipos de componentes: (1) informações e dados empíricos e (2) apelos emotivos. E são geradoras de disputas para a alteração das políticas. (Rodrigues, 2017)

Os autores analisam com detalhe uma diversidade de problemas para testar o modelo, e concluem que existe um padrão de evolução semelhante: a estabilidade é caracterizada pela prevalência de monopólios políticos, sendo interrompida quando um monopólio é desafiado, destruído, reconstruído ou substituído por outro. Todos os grupos e comunidades têm interesse em estabelecer um monopólio e um arranjo institucional que reforce tal monopólio.

Em segundo lugar, o conceito de subsistema político formado por comunidades de especialistas numa determinada área, nos quais os governos delegam a tarefa de processar as questões políticas. Partindo do princípio da impossibilidade de os governos lidarem em simultâneo com uma grande diversidade de assuntos, o modelo *Punctuated Equilibrium* defende que é no interior dos subsistemas políticos que são processados os problemas e toda a informação disponível. Os subsistemas políticos são, assim, entendidos como mecanismos que permitem ao sistema político assegurar o “processamento paralelo” (parallel processing) de grandes volumes de informação diversificada. O agendamento traduz a passagem de um problema do subsistema (comunidades de especialistas) para o macrossistema (governo). Tal como *Kingdon*, *Baumgartner* e *Jones* defendem que as questões políticas não se transformam automática e naturalmente em problemas políticos.

Para estes autores, é a imagem política que estabelece a ligação entre o problema, a solução e a possibilidade do seu agendamento. A existência de monopólio político exige o exercício de controlo sobre o discurso e a visão dos problemas. Os subsistemas específicos, que adquirem o controlo sobre a interpretação dos problemas e a forma como são discutidos geram

feedbacks negativos sobre as agendas, impedindo os processos de mudança. Dentro dos subsistemas, as relações estabelecidas entre grupos com poder para mudar a imagem de determinado problema afetam as dinâmicas de agendamento. Nos subsistemas mais competitivos, a transformação de um monopólio político, com novos atores, com novas ideias, conduz ao agendamento de novos problemas e a novos debates, e depois a novos monopólios e períodos de estabilidade.

O modelo de Baumgartner e Jones constitui-se como uma nova forma de olhar as políticas públicas, na medida em que tem por objetivo não só explicar os longos períodos de estabilidade que caracterizam a acção pública, mas também as rápidas e explosivas mudanças que pontuam o equilíbrio dominante, elegendo os subsistemas políticos como arranjos institucionais que garantem a estabilidade, onde as ideias ocupam um lugar preponderante.

São, no entanto, apontadas algumas limitações ao modelo. John (2003) refere designadamente que: (1) a metodologia utilizada permite identificar a existência de associações, mas não de relações causais entre as agendas da média, da opinião pública e das arenas políticas com os resultados das políticas; (2) o modelo é essencialmente *bottom-up*, negligenciando a capacidade que os decisores políticos têm de formatar as decisões de acordo com as suas preferências.

Falando especificamente sobre o PERPU, este surge num momento em que a Pobreza constitui um dos principais desafios dos países em vias de desenvolvimento como é o caso de Moçambique. Assim sendo, este fenómeno ganhou e continua a ganhar a atenção do Governo, e desta feita, o Governo moçambicano através do Plano Quinquenal 2010-2014 determina como um dos seus objectivos centrais, “combater a pobreza para melhorar as condições de vida do povo moçambicano em ambiente de paz, harmonia e tranquilidade” (PQG, 2010: 5).

Para o alcance deste objectivo, diversas acções têm sido levadas a cabo pelas entidades governamentais dentro das quais se destaca o recém-criado Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2011-2014, tendo sido esta ideia amplamente partilhada e aderida, constituiu-se o dito monopólio político.

O surgimento do PERPU enquadra-se num contexto em que o discurso governamental sobre a pobreza centrava sua atenção no combate deste fenómeno nas zonas rurais (período de equilíbrio), assim com o modelo de governação adoptado no mandato do presidente Armando Guebuza, caracterizado pelo contacto directo com a população, apercebe-se então da

necessidade de uma intervenção sobre a pobreza num contexto urbano, (punctuations/interrupção do equilíbrio), culminando com a elaboração de uma política pública para o Quinquénio 2010-2014 com vista a fazer face a este fenómeno. Foi neste contexto que em 2010 foi criado o PERPU e em 2011 implementado. Dada a descontinuidade, o Governo é desafiado a se reconstruir.

Segundo o Modelo de Equilíbrio Interrompido, o Governo Central (macrossistema) é incapaz de lidar com a diversidade de questões em simultâneo, e por assim ser, delega ao Governo Local (subsistema) a tarefa de processar as questões políticas. Assim, os subsistemas são entendidos como mecanismos que permitem ao sistema político assegurar o “processamento paralelo” (*parallel processing*) de grandes volumes de informação diversificada. Sendo assim, a gestão do PERPU, passou a ser responsabilidade dos Concelhos Municipais.

## **3.2. Quadro conceptual**

### **3.2.1. Eficiência**

No contexto organizacional, a noção de eficiência surge com a revolução industrial, estando sempre presente nas discussões teóricas das Escolas Clássicas da Administração. Neste contexto, define-se como eficiente a organização que consegue maximizar a produção e simultaneamente minimizar o custo da mesma. (Brotti, 2004)

Por outro lado, Figueiredo e Fegueiredo (1986) *apud* Bloemer e Xavier (2012) é a avaliação da relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados. Envolve a avaliação da relação custo-benefício, sendo a mais necessária tendo em vista a escassez de recursos públicos e a dimensão dos universos populacionais a serem cobertos.

Já na visão de Dunn (2008) *apud* Paulino (2019), eficiência é um critério que afere como o resultado de uma política foi alcançado. Os conceitos apresentados partilham a visão de que a eficiência seja vista como uma comparação entre os resultados e os recursos consumidos.

### **3.2.2. Eficácia**

Brotti (2004) define a eficácia como "o critério de desempenho gerencial que revela a capacidade administrativa de alcançar as metas estabelecidas ou resultados propostos".

Já para Dunn (2008) *apud* Paulino (2019), eficácia é um critério que afere o alcance ou não de um resultado de política com recurso a medição das unidades de serviço ou de bens produzidos.

### **3.2.3. Sustentabilidade**

Na perspectiva de Brikké (1998), citado por Maguenhe (2016) a sustentabilidade é um termo largamente usado, o qual possui uma variedade de significados dependendo do contexto em que é usado. Por outro lado, Repetto (1985) citado por Maguenhe (2016) frisa que no âmbito geral, a sustentabilidade é entendida como a maximização do valor actual de qualquer recurso ou bem para que as gerações vindouras gozem do benefício destes no futuro

A sustentabilidade na geração de emprego, deve ser baseada na capacidade dos beneficiários do PERPU 2011 – 2014 continuarem a desenvolver os seus projectos e garantindo a continuidade e geração de postos de emprego durante um longo período sem comprometer as gerações futuras.

Em suma, todos os autores apesar de definirem a sustentabilidade em diferentes perspetivas, coincidem na preservação de um bem para o amanhã, isto é, as gerações futuras.

### **3.2.4. Relevância**

Segundo a OCDE (2002), relevância é a medida segundo a qual os objectivos de uma intervenção de desenvolvimento correspondem às expectativas dos beneficiários, às necessidades do país, às prioridades globais, às políticas dos parceiros e dos doadores. Confere se as actividades e os resultados da intervenção estão em linha com os programas estabelecidos e correspondem de forma adequada às necessidades identificadas.

Para a OCDE *apud* Draibe (2001), relevância é a qualidade que determina se uma política tem pertinência e é adequado para inclusão no projecto.

### **3.2.5. Impacto**

Para a OCDE (2002), impacto são os efeitos a longo prazo, positivos e negativos, primários e secundários, induzidos por uma intervenção de desenvolvimento, direta ou indiretamente, previstos ou não. Mede as consequências globais do projeto, programa ou política sobre o contexto em questão.

Na perspectiva de Draibe (2001), impacto são as alterações ou mudanças efectivas na realidade sobre a qual o programa intervém e por ele são provocadas.

### 3.2.6. Pobreza

De acordo com Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais das Nações Unidas (2001) in Costa *et al*, 2008) citado por Maguenhe (2016) define a pobreza como sendo uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais

Comungando a ideia de autores como Crespo *et al* (2002), Douglas (2007), Lopes (2004), entre outros, o conceito de pobreza abarca várias faces que requerem a sua compreensão baseada nas abordagens metodológicas e teóricas que conduzem cada pesquisa num determinado contexto. Assim, a noção de pobreza no presente trabalho deve ser vista como sendo o conjunto de factores socioeconómicos bem como as formas de interpretação deste fenómeno como é sugerido por Ferreira (1995).

Um terceiro autor surge neste debate e acrescenta que "o bem-estar deriva da capacidade de funcionar na sociedade e por isso a pobreza existe quando as pessoas não possuem capacidades relevantes para alcançarem um nível adequado de rendimento, de boa saúde e educação, de segurança, de autoconfiança e de liberdade de expressão, entre outros (Sen, 1999).

A pobreza urbana é conceituada no quadro desta política pública como sendo a “falta de rendimentos necessários para a satisfação das necessidades básicas de indivíduos, famílias e comunidades residentes nas zonas urbanas” (MPD *et al*, 2010).

Segundo Capucha (2005) citado por Maguenhe (2016) a erradicação da pobreza implica a coordenação de políticas e a recalibragem dos seus conteúdos num sentido de modernização da economia e da sociedade, bem como implica o desenvolvimento de um eixo reparador centrado na promoção dos direitos, concretizados através de programas focalizados nas necessidades de inserção dos grupos mais desfavorecidos. Estes programas devem obedecer ao primado da responsabilidade pública, porque afinal é o livre funcionamento dos mercados que gera a pobreza e a exclusão.

Assim, o Estado deve exercer uma acção reguladora para neutralizar tais efeitos. Um Estado normativo e fiscalizador leva a que todos cidadãos cumpram com os seus deveres e tenham direito aos seus direitos. No entanto, se por um lado, a maior responsabilidade na condução de políticas públicas, nomeadamente no que tange ao combate da pobreza compete aos



governos, por outro lado, são também agentes neste processo, as autarquias locais, os parceiros sociais, as organizações civis de solidariedade, assim como as famílias e os indivíduos, *idem*.

### **3.2.7. Políticas Públicas**

No que diz respeito às políticas públicas, elas devem ser vistas como “formas de actuação dos governos em prol da construção de uma sociedade menos ineficiente e mais coesa socialmente” (Pereira, 2005). A partir desta visão, podemos olhar para o PERPU, como instrumento de intervenção do Governo na construção de uma sociedade urbana com um nível de vida relativamente diferente do actual.

Para Rezende (2004) as Políticas Públicas são entendidas como a materialização das intenções do Estado para atingir objectivos colectivos, através de programas governamentais, tais como combate à pobreza, a criação de novos impostos, reformas administrativas, etc.

Segundo Peters (1986) política pública é a soma das actividades dos governos, que agem directamente através de delegações, e que influenciam a vida dos cidadãos, em palavras mais breves, política pública pode ser definida como o que o governo escolhe fazer ou não fazer.

Para o PQG (2010), o PERPU constitui uma política pública elaborada de forma a materializar o objectivo central do Plano Quinquenal do Governo 2010-2014, que é o de combater a pobreza de forma a melhorar as condições de vida dos cidadãos

### **3.2.8. Avaliação de Políticas Públicas**

Segundo Theodoulou e Cahn (2012) citado por Maguenhe (2016) avaliação de política é importante porque ela permite que a prestação de contas seja medida empiricamente, faz com que os *politics makers* tenham informação rígida sobre questões básicas que emanam da implementação de política ou programa, fornece informação se a política ou programa em questão alcança as metas determinadas e a que custos essas estão a ser alcançadas.

A avaliação deve proporcionar informação que seja credível e útil para permitir a incorporação da experiência adquirida no processo de tomada de decisão. A avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas, *idem*.

### **3.2.9. Emprego**

Segundo Samuelson *et al* (2010) citado por Maguenhe (2016) o emprego pode ser conceituado como uma situação em que um conjunto de pessoas que desempenham qualquer trabalho remunerado, bem como aquelas que tem emprego, mas encontram-se ausente por motivo de doença, greve ou férias.

### **3.3. Modelo de análise**

No modelo de análise que se apresenta estabelece-se a relação entre os conceitos de pobreza urbana, políticas públicas, avaliação de políticas públicas e emprego.

Primeiramente, importa referir que este estudo faz a avaliação da implementação da política pública PERPU, considerando os seus objectivos primários.

Por um lado, considera-se os objectivos do programa em si e, por outro lado, os objectivos do PQG no que concerne a redução da pobreza a nível urbano.

Assim sendo, entende-se por variável independente o PERPU, que influencia directamente a redução de pobreza urbana, e como variável dependente da redução de pobreza urbana, e portanto, pode-se afirmar que quanto mais sustentável for o programa, maiores são as probabilidades de redução de pobreza urbana bem como o sucesso de implementação desta política pública e consequente aumento de postos de emprego.

Por outro lado, quanto menos sustentável for o programa, menores são as probabilidades de redução de pobreza urbana bem como o sucesso de implementação desta política pública e consequente baixa nos níveis de empregabilidade.

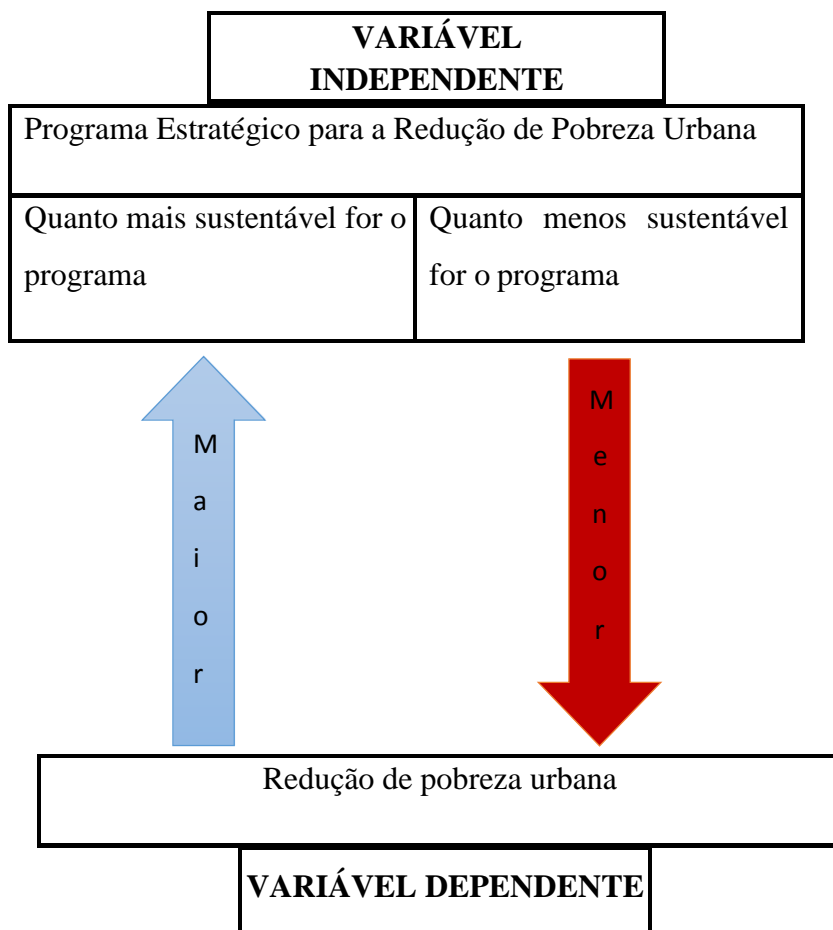
Neste sentido, a sustentabilidade é tomada como o principal indicador desta avaliação, que usa como referência, o nível de reembolso do PERPU durante a sua implementação, conforme ilustram a tabela 1 e o fluxograma 1.

**Tabela 1.** Modelo de análise

<b>Variáveis</b>	<b>Conceitos</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Independente</b> <b>(Explicativa)</b>	Pobreza urbana  Nível de empregabilidade  Acesso a financiamentos	<ul style="list-style-type: none"><li>• N°. de projectos financiados (1183)</li><li>• Auxílio a pequenas e médias empresas</li><li>• Monitoramento das actividades</li><li>• Reembolso (35,6%)</li><li>• Qualidade dos projectos</li><li>• Nr. de empregos criados (3573)</li></ul>
<b>Dependente</b> <b>(Explicada)</b>	PERPU	<ul style="list-style-type: none"><li>• Geração de renda</li><li>• Acesso a financiamento não bancário</li></ul>

**Fonte:** elaborada autora da pesquisa

A tabela acima exposta serviu para a validação da hipótese ora mencionadas ao nível do trabalho.



**Fluxograma 1. Modelo de análise**

**Fonte:** Autora da pesquisa

**3.4. Causas da pobreza**

- Segundo o manual de criação do PERPU: 2011-2014, aprovado pelo Conselho de Ministros, (2010) as causas da pobreza urbana são as seguintes:
- Falta de emprego no sector formal;
- Aumento dos preços;
- Problema dos transportes urbanos;
- Falta de cultura de trabalho;
- Migração rural-urbano;
- Ajustamento na pensão de reforma;
- Fraco enquadramento do sistema educacional.

### **3.5. Constituição, Objectivos, Estrutura e Financiamento do PERPU 2011-2014**

#### **3.5.1. Constituição**

Segundo PERPU, 2011-2014 Aprovado pelo Conselho de Ministros (2010), o Programa, é criado no contexto do Programa Quinquenal do Governo 2010-2014, que inclui um conjunto de acções que conduzem a redução da pobreza em geral. O documento operacional do Programa Quinquenal do Governo 2010-2014, isto é, o Plano de Acção para a Redução da Pobreza, tanto rural como urbana, e em particular a pobreza alimentar.

#### **3.5.2. Objectivos do PERPU 2011 - 2014**

O Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana 2011-2014 define dois (2) objectivos fundamentais, nomeadamente: (1) geração ou criação de oportunidades de emprego, e (2) protecção social.

#### **3.5.3. Estrutura do PERPU 2011 - 2014**

Segundo MAE *et al* (2011), para a elaboração do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana 2011-2014, contou-se com a presença de uma equipa multisectorial, composta pelos seguintes ministérios, nomeadamente:

- Ministério de Planificação e Desenvolvimento;
- Ministério da Administração Estatal;
- Ministério das Finanças;
- Ministério do Trabalho;
- Ministério da Mulher e da Acção Social.

#### **3.5.4. Financiamento**

Moçambique é considerado um dos países mais pobres do mundo, e deste modo políticas públicas de âmbito social com enfoque no combate a pobreza têm sido adoptados com o intuito de reduzir este mal que enferma mais da metade da população moçambicana. No prosseguimento do esforço que o GdM tem levado a cabo para minimizar os efeitos da pobreza no país, o Orçamento de Estado para 2011 incluiu pela primeira vez uma linha orçamental para financiar este programa a nível dos municípios (CMCM, 2014 *apud* Maguenhe, 2016).

Segundo MAE (2005) anualmente o Governo aloca através do Orçamento de Estado (OE) o valor de 140 milhões para financiar os projectos de actividades desenvolvidos nas cidades municipais do país, incluindo a cidade de Maputo.

### **3.5.5. Orçamento**

O PERPU tem duas categorias distintas, quanto à gestão do orçamento:

1) Gerida pelo Município,

2) Gerida por outras instituições.

1. A primeira categoria corresponde às actividades que serão financiadas através do orçamento municipal, qualquer que seja a sua fonte: Orçamento do Estado; sector empresarial, privado ou público; sociedade civil; parceiros de cooperação internacional. Os planos do município serão monitorados e avaliados em função do orçamento gerido por esta própria entidade.

2. A segunda categoria refere-se às actividades que beneficiam os munícipes vulneráveis, mas que são financiadas pelo orçamento gerido por outras instituições que não sejam o município. Estas actividades são registadas nos planos do município por interesse deste, devido ao impacto que tenham sobre a população urbana vulnerável; ou porque o município comparticipa do ponto de vista institucional. Exemplos deste segundo tipo de iniciativas são o Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis e o Pro Empresa Jovem.

### **3.5.6. Operacionalização do PERPU**

O PERPU será operacionalizado pelo município, através dos seus planos anuais. Estes planos incluirão as componentes referentes ao PERPU, o respectivo orçamento, e a matriz de monitoria. Os critérios da distribuição do orçamento pelas diferentes componentes deverão estar explicitamente registados nos planos anuais ou em anexo aos mesmos. Os critérios de selecção dos beneficiários deverão estar explicitamente registados nos planos anuais ou em anexo aos mesmos.

## CAPÍTULO IV

### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

#### 4.1. Localização, extensão territorial e Universo populacional

Segundo os dados do INE, (2007), a Cidade de Maputo localiza-se na região Sul e Moçambique, ocupa uma área de 347,9 km<sup>2</sup>, uma população estimada em 1.209.992 habitantes, com uma densidade populacional de 4.033 Habi/km<sup>2</sup>. Estende-se do Distrito Municipal KaTembe ao bairro de Chiango (Kamavota) no sentido Sul/Norte e da ilha de Inhaca (Distrito de KaNyaka) ao ale de Infulene (Distrito de KaMubukwana) orientação Este/Oeste. Faz seu limite com a província de Maputo nos extremos Norte, Sul e Oeste e é banhado pelo Oceano Índico no extremo Este, onde se localiza a Ilha de Inhaca.

No que concerne a divisão administrativa a cidade Maputo integra 7 unidades autárquicas: KaMpfumo, Nihamankulu, KaMaxaquene, KaMavota, KaMubukwana (distritos Urbanos), KaTembe e KaNyaka (distritos municipais), para uma população que ultrapassa um milhão de habitantes.

**Tabela 2.** Divisão administrativa da Cidade de Maputo

<b>Unidade Administrativa</b>	<b>População (Censo 2007)</b>	<b>Bairros/Povoações</b>
<b>Distrito Urbano de KaMpfumo</b>	110 530	Central A,B, e C; Alto Maé A e B; Polana Cimento A e B, Coop e Scommerschild.
<b>Distrito Urbano de Nihamankulu (ou Chamanculo)</b>	155 385	Aeroporto A e B; Xipamanine; Minkadjuine Unidade 7, Chamanculo A, B, C e D; Malanga e Munhuana.
<b>Distrito Urbano de KaMaxaquene</b>	222 756	Mafalala, Maxaquene A, B, C e D; Polana Caniço A e B e Urbanização.
<b>Distrito Urbano de KaMavota</b>	293 361	Mavalane A e B; FPLM; Hulene A e B; Ferroviário; Laulane; 3 de Fevereiro; Mahotas; Albazine; e Costa do Sol.
<b>Distrito Urbano de</b>	290 696	Bagamoyo; George Dimitrov (Benfica);

<b>KaMubuwana</b>		Inhagoia A e B; Jardim; Luis Cabral; Magoanine; Malhazine; Nsalene, 25 de Junho A e B; e Zimpeto.
<b>Distrito Urbano de KaTembe</b>	19 371	Gwachene. Chale; Inguice; Ncassene; e Xamissava.
<b>Distrito Urbano de KaNyaka</b>	5 216	Ingwane; Ribjene; e Nhaquene.

Fonte: <http://pt..wikipedia.org/wiki/Maputo>

**Figura 1.** Conselho Municipal da Cidade de Maputo



Fonte: <https://www.google.com/search?q=conselho+municipal&client=ms-opera-mini-android&channel=new&source=lnms&tbmisch&sa>



## **4.2. Instituições de saúde**

A Cidade de Maputo é constituída por 41 unidades sanitárias, sendo 1 Hospital Central, 3 Gerais e 1 Rural, 16 centros de saúde, 20 postos de saúde. (Mira *et al.* 2013)

## **4.3. Número de instituições de ensino**

A cidade de Maputo possui 150 escolas primárias, 5 universidades e instituições de ensino superior públicas, 2 escolas superiores, 1 academia policial e 11 universidades e instituições de ensino superior privadas, 1 escola superior. (MCTES, 2021)

## **4.4. Geração de Emprego por via do PERPU 2011-2014**

O PERPU constitui uma política pública elaborada de forma a materializar o objectivo central do Plano Quinquenal do Governo 2010-2014, que é o de combater a pobreza de forma a melhorar as condições de vida dos cidadãos. (PQG, 2010)

Segundo PERPU 2011-2014 previa a geração de emprego em quatro (4) eixos, nomeadamente:

1. Auto-emprego, que se subdivide em três (3) áreas: Formação profissional, Associação e Financiamento.
2. Micro, Pequenas e Medias Empresas;
3. Indústrias e Serviços Intensivos em Trabalho;
4. Ambiente de Negócio.

Segundo Truzão (2013) a visão deste programa é orientada por três (3) objectivos, nomeadamente: (1) o aumento das oportunidades de emprego; (2) a melhoria do ambiente de negócios e os níveis de empregabilidade de mão-de-obra; e por fim (3) a melhoria do sistema de protecção social.

### **4.4.1. Auto-emprego**

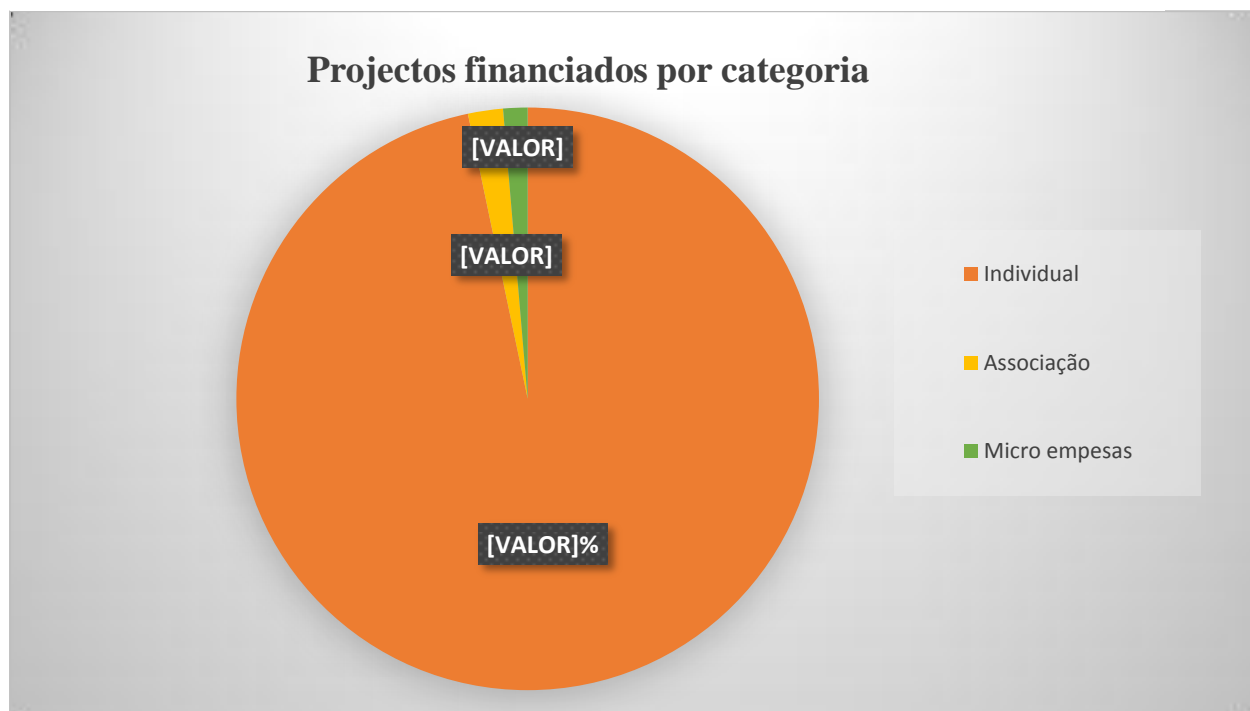
No auto-emprego deve ser privilegiado a formação profissional dos cidadãos, melhorando a educação de base, das competências técnicas e de formação profissional e de formação em gestão, como incentivo para produzir e vender, cabendo aos municípios o papel de recorrer as instituições vocacionadas para desenvolver acções de formação profissional e técnica, como é o caso do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) e de outras instituições públicas e privadas, assim como prevê-se a introdução de pacotes de formação

qualificante e programas do tipo “gere melhor o teu negócio” ou “começa o teu negócio” como forma de melhorar as competências técnicas e de gestão.

Pretende-se igualmente dar suporte as associações de produtores de sectores definidos em cada zona urbana, através da redução de custos na aquisição de insumos, no processamento, na expansão das actividades, a investir na formação e a concorrer em mercados com o número limitado de compradores. Também prevê-se com o financiamento, aumentar o acesso aos serviços financeiros sem distorcer o sistema concorrencial, através do financiamento à iniciativas empreendedoras provadas como viáveis, assim como, facilitar o crédito as iniciativas das famílias mais vulneráveis.

De acordo com os dados da pesquisa, foram financiados 1183 projectos, dos quais 1144 correspondentes a 96.7% foram destinados a projectos individuais, e 39 correspondentes a 3.29% foram destinados a associações e micro empresas, conforme ilustra o gráfico 1.

**Gráfico 1.** Projecto de avicultura



**Fonte:** elaborado pela autora da pesquisa, compilado dos relatórios anuais.

**Figura 2.** Projecto de avicultura

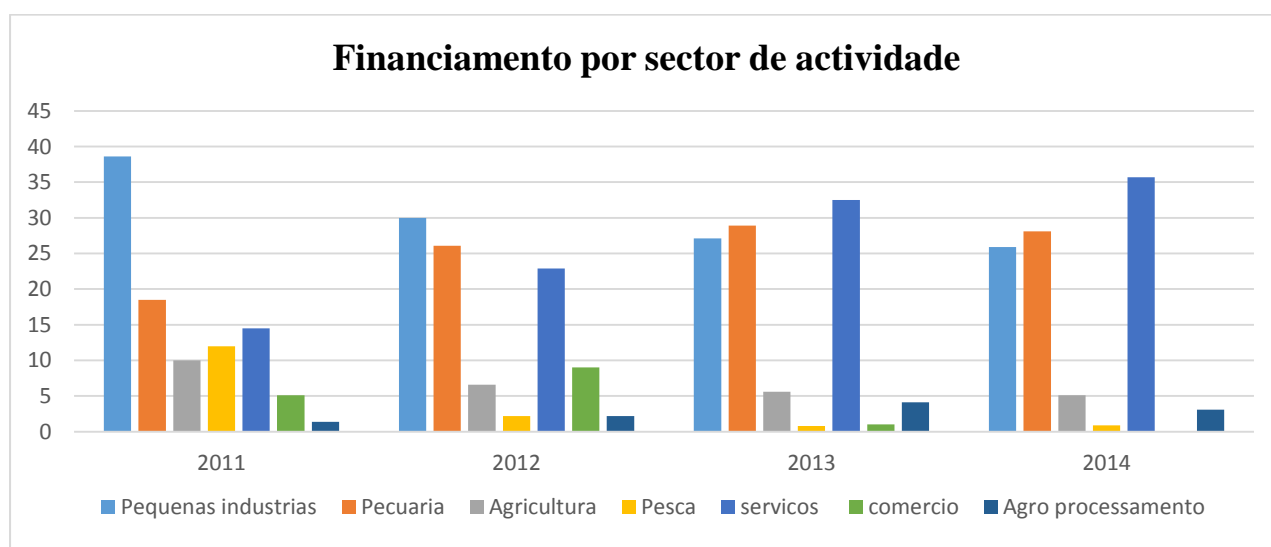


**Fonte:** relatório do PERPU 2011.

#### 4.4.2. Micro, pequenas e médias empresas

No âmbito da implementação do PERPU 2010-2014 para a geração de emprego prevê-se igualmente com as Micro, Pequenas e Médias Empresas a sua formalização na economia e a expansão do emprego sustentável, através da promoção das micro pequenas e médias empresas nos sectores onde não exista uma saturação no mercado. Estas áreas serão definidas em cada zona urbana, especificamente, e não só, por meio também da incubação de micro e pequenas empresas através de provisão de condições para o funcionamento de negócios, provisão de apoio técnico e capacitação em gestão.

**Gráfico 2.** Distribuição dos projectos financiados



**Fonte:** elaborado pela autora da pesquisa, compilado dos relatórios anuais.

**Figura 3.** Projecto de carpintaria e marcenaria

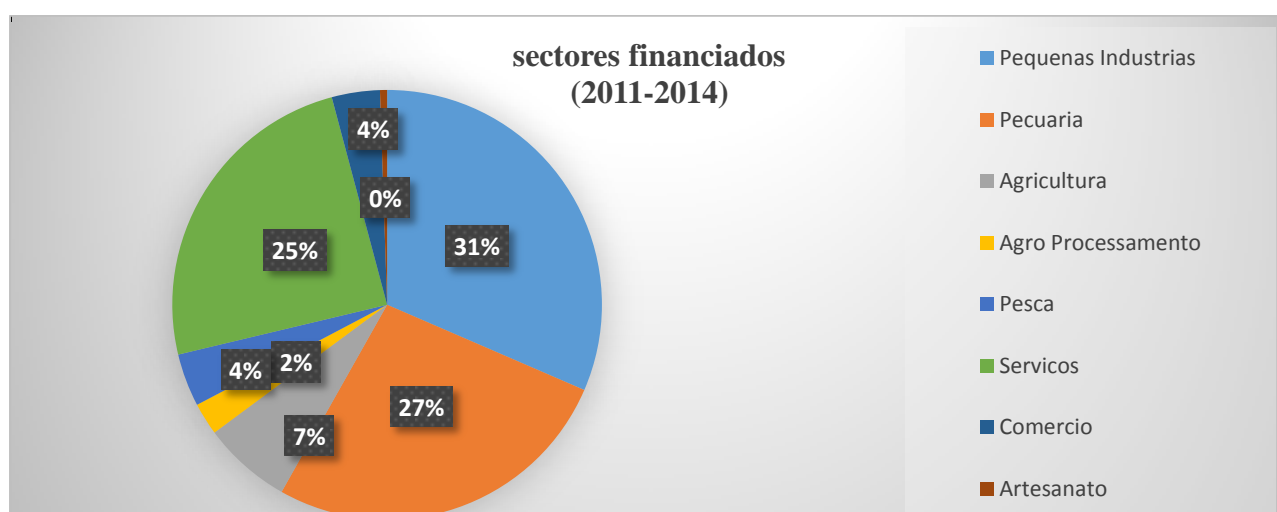


**Fonte:** relatório do PERPU 2011.

#### **4.4.3. Indústrias e serviços, intensivos em trabalho**

Prevê-se a expansão da oferta de postos de trabalho, satisfazendo em simultâneo as necessidades de prestação de serviços em benefício dos munícipes através da promoção de trabalhos públicos com financiamento do Conselho Municipal, de preferência intensivos em trabalho (mão-de-obra); promoção de investimentos privados ou de parceria público privada, intensivos em mão-de-obra; promoção de estágios remunerados dos recém graduados nas principais indústrias de transformação e empresas provedoras de serviços com vista ao rápido desenvolvimento de habilidades, auto-confiança e espírito empreendedor; e por último, o estímulo a construção de habitações nas zonas periféricas, quer seguindo os planos de urbanização, quer promovendo uma urbanização equilibrada e estética, conforme ilustra o gráfico 3.

**Gráfico 3.** Sectores financiados



**Fonte:** elaborado pela autora da pesquisa (2021)

#### **4.4.4. Ambiente de negócios**

Pretende-se com a criação de um ambiente de negócio contribuir para a rapidez no desenvolvimento dos mesmos em benefício das famílias vulneráveis; facilitar a contratação de curto prazo, podendo ser por qualquer período inferior a um ano, e renovável, ou por um número limitado de horas por dia ou por semana; e facilitar a abertura de um negócio.

Para a Cidade de Maputo, foram financiadas as seguintes áreas Agricultura, Pecuária, área industrial e serviços, conforme ilustra o gráfico 2 e 3.

Com tudo, as áreas mais financiada foram as de Pequenas Indústrias com 31%, pecuária com cerca de 27%, seguida da área de Serviços com 25%.

#### **4.5. Implementação do PERPU e sustentabilidade dos postos de emprego na Cidade de Maputo**

Aquando da realização desta pesquisa, verificou-se que o entendimento do PERPU como instrumento para a materialização dos pressupostos no PQG, contribuiu de forma não muito célere para a redução da pobreza urbana. A maior constatação recai sobre o fraco reembolso por parte dos mutuários, condicionando dessa forma a sustentabilidade deste programa, aliada a fraca monitoria dos projectos e formação profissional.

A seguir seguem-se alguns depoimentos dos entrevistados, onde deixam clara a sua percepção e o impacto do PERPU nas suas vidas. Serão ocultados os nomes dos entrevistados como forma de proteger as suas identidades.

"O PERPU ajudou-me muito no andamento do meu negócio, melhorou a minha condição de vida e da minha família, alavancou de certa forma o meu negócio, mas a situação do mercado não me foi favorável. Eu produzia grande quantidade de pintos, criava frangos e não tinha uma boa base de clientes, mal conseguia vender o tanto que produzia, isso obrigou-me a vender os frangos a preço de 'banana' para que o prejuízo não fosse maior. Com o andar do tempo desisti desse negócio e hoje custa-me reembolsar o valor".

**(Entrevistado 1)**

Conforme vê-se, este depoimento deixa clara a simpatia do beneficiado, porém, enfatiza que faltou alguma acção por parte do Governo como forma de proteger o produtor nacional. Esta ideia é partilhada também por outro produtor.

"A iniciativa é boa. Quando submeti o projecto, ele estava avaliado em 120 mil Meticais, no entanto recebi apenas 50 mil, e fiquei de mãos atadas, não pude recusar a oferta, assim sendo, apliquei no que pude mas não foi grande coisa. O reembolso iniciou meses depois, mas tive muita perda de pintos, o que me dificultou a produção e o reembolso, e não só, o custo de produção é ligeiramente elevado e nos coloca numa situação difícil ao competir com o mercado de importações".

**(Entrevistado 2)**

Como bem dissemos, este projecto não beneficiou somente a individualidades, ele abrange também associações. Os depoimentos mostram também satisfação pela iniciativa do Governo, porém ressaltam a questão do valor disponibilizado, que resultou em conflitos internos e consequente fim das associações:

"Fizemos o desenho do nosso projecto e requisitamos um montante de 200mil Meticais, no entanto foi-nos concedida a quantia de 75 mil Meticais. Bom, antes disso que nada. E de princípio surge-nos o dilema de como aplicar o valor disponibilizado. Divergimos demais em ideias e achamos por bem romper com a ideia da associação. Contratei um ajudante e o projecto anda a passos de camaleão, mas aos poucos vou saldando as dívidas".

**(Entrevistado 3)**

No entanto, houve quem se mostrou insatisfeito não só pelo corte de financiamento que sofreu, mas pelo facto de não ter tido o devido auxílio:

"Requisitei um valor e foi-me dado muito abaixo do que ansiava. Com o valor consegui comprar algumas peças caras para a oficina, que sem o financiamento talvez não comprasse logo, porém, fui furtado, participei o caso a polícia e até hoje não reavio nenhum bem. Praticamente não me fez diferença este projecto, só me deu prejuízo".

**(Entrevistado 4)**

"Também tive corte de financiamento e com isso tive de redesenhar o meu projecto, não foram grandes alterações, mas as adversidades do mercado de alguma forma travaram-me e tive de abraçar outras oportunidades. Continuo em contactos com as estruturas do bairro e ou pagando as dívidas aos poucos."

**(Entrevistado 5)**

Embora a questão do corte de financiamento tivesse sido abordada pela grande maioria como um aspecto negativo para o sucesso do seu negócio, houve quem aproveitou a oportunidade e fez desenvolver o seu negócio:

"Embora tenha recebido menos do que o requisitado, aumentei a minha produção agrícola e a variedade de produtos, e por isso também aumentei o número não só de funcionários para auxiliarem no trabalho, mas também o de clientes, o que me ajuda a reembolsar o valor mais rapidamente".

**(Entrevistado 6)**

De acordo com os relatórios de execução do PERPU, os 1184 projectos financiados contribuíram para a criação de 3598 postos de emprego na Cidade de Maputo, o que gerou em média, três (3) postos de emprego por projecto, contribuindo desta feita para o aumento de postos de trabalho e consequente redução dos níveis de desemprego.

De forma geral, os mutuários não tinham conhecimento das actividades elegíveis ao financiamento, e por conta disso abandonaram os projectos iniciais e a maioria abraçou a pecuária por ser a actividade menos burocrática. Foi constatado também que grande parte dos mutuários não conheceu o PERPU através das estruturas do Bairro, denunciando um nível de divulgação de informação baixo.

"Ouvi falar sobre esse programa na vizinhança, sequer sabia do que se tratava, só levei os documentos e me dirigi as estruturas do bairro, lá foi-me dito que a minha actividade não era financiada por esse programa, assim sendo recorri a pecuária, e outras pessoas recorreram a agricultura, se aproveitando das bacias do Infuluene que são muito férteis".

**(entrevistado 7)**

“Na verdade, não escolhi a agricultura, escolhi uma outra actividade que por sinal não era financiada naqueles termos, mas como precisava desenvolver qualquer actividade que gerasse renda, optei pela agricultura, temos a vantagem de ter solos férteis na proximidades e negócio de satisfação de primeiras necessidades nunca falha”.

**(entrevistado 8)**

Sobre a aplicação do fundo alguns mutuários usaram a justificativa de ser insuficiente para o devido andamento do programa, por isso desviaram para outros fins

"O valor que me foi disponibilizado, se eu usasse de facto para as actividades previstas no contrato eu ter-me-ia envolvido em grandes prejuízos, assim preferi investir esse dinheiro na reabilitação da minha residência e pus a arrendar. Aos poucos vou pagando a dívida”.

**(entrevistado 9)**

De forma geral, a implementação do PERPU dividiu opiniões e em alguns casos foi combustível para a geração de conflitos no interior dos projectos. A maior parte dos programas não se mostrou sustentável e com isso condicionou o reembolso do empréstimo. O corte de financiamento também foi tema de destaque entre os entrevistados, que por sua vez se mostraram insatisfeitos com o destino que tomara os seus projectos. Parte do prejuízo tido durante o período em causa, deveu-se a pouca informação disponibilizada pelas entidades responsáveis por este programa, o canais e agentes de difusão, forçando em muitos dos casos a optarem por actividades que não fossem do seu domínio. A fraca monitoria verificada, aliada a pouca instrução e o desvio de aplicação de fundos também foram observados e considerados como condicionadores dos resultados obtidos.

Em contrapartida, houve também sucesso neste programa, tendo havido progresso de diversos negócios, e tudo deveu-se a estudos mais cuidadosos e rigorosos no seguimento e desenvolvimento dos mesmos.



#### 4.6. Avaliação do PERPU baseada nos critérios da OCDE

A presente tabela operacionaliza os indicadores de avaliação de políticas públicas. Foram seleccionados cinco critérios de avaliação nomeadamente: relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

**Tabela 3.** Avaliação do PERPU baseada nos critérios da OCDE

<b>Crítérios de avaliação</b>	<b>Operacionalização dos critérios na avaliação do PERPU 2011-2014</b>
<b>Relevância</b>	Moçambique enfrenta diversos desafios e a redução de pobreza não constitui uma excepção, pelo contrário, tem um lugar de destaque na agenda política. No entanto, diversas acções têm vindo a ser levadas a cabo pelas entidades governamentais para reduzir os níveis de pobreza dentro das quais se destaca o recém-criado PERPU, programa este considerado relevante no contexto socioeconómico do país.
<b>Eficácia</b>	De acordo com os relatórios de execução do PERPU, os 1184 projectos financiados contribuíram na criação de 3598 postos de emprego, o que gerou em média de cada projecto dois (3) postos de emprego. Deste modo, a implementação do PERPU 2011-2014 na Cidade de Maputo foi ao encontro do objetivo da Criação do PERPU, na medida em reduziu o nível de desemprego, embora não nos níveis desejados pois o PERPU não considera a estrutura original dos projectos, havendo desse modo uma reestruturação dos projectos, requalificando o valor estipulado para a materialização de cada um. Se o grau de reembolso fosse maior, provavelmente teríamos resultados mais entusiasmantes.
<b>Eficiência</b>	O PERPU se mostrou ineficiente na medida em que anualmente foi alocado um valor destinado ao financiamento dos projectos, que com o respectivo reembolso esperava-se financiar os projectos do ano seguinte. Com o fraco reembolso (35,6%), o programa tornou-se um enorme encargo ao Orçamento do Estado, e totalmente dependente dele.
<b>Impacto</b>	Neste critério, são considerados os efeitos tanto positivos como negativos decorrentes da implementação de um programa. Falando especialmente do PERPU, ao longo dos anos verificou-se um abandono

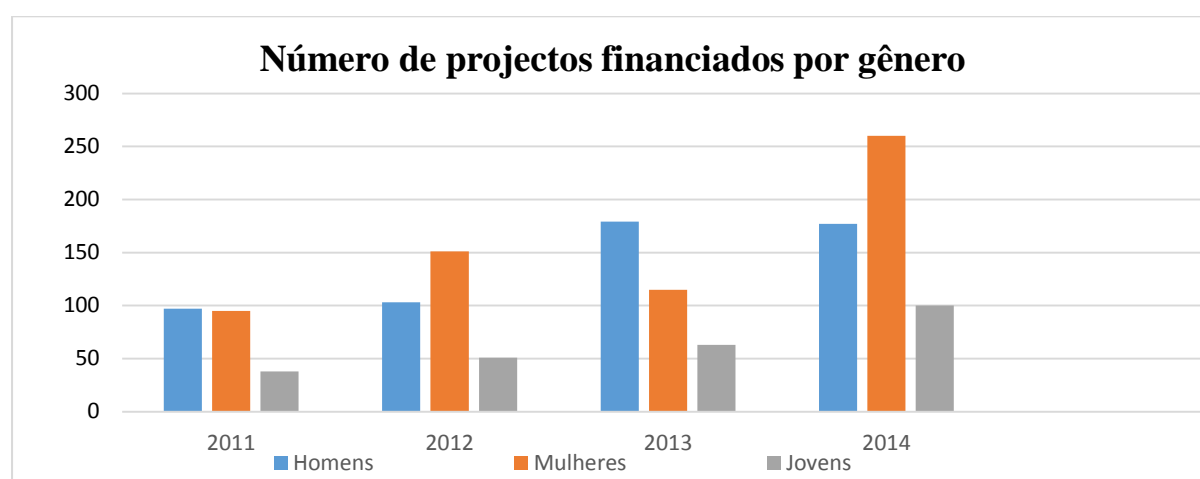
	dos projectos tanto por parte do Município (fraca monitoria) como por parte dos mutuários (desvios de aplicação, falta de comprometimento no que concerne aos reembolsos), embora os dados demonstrem ter havido uma queda da taxa de desemprego, de 20,7%-17.5% no ano de 2014-2015 (INE, 2020), pese embora extrapole a delimitação temporal do trabalho, este dado não pode ser ignorado pois reflecte o resultado da implementacao do programa em análise.
<b>Sustentabilidade</b>	A sustentabilidade deve ser baseada na capacidade dos beneficiários do PERPU 2011 – 2014 continuarem a desenvolver os seus projectos e garantindo a continuidade e geração de postos de emprego durante um longo período sem comprometer as gerações futuras. Tendo em conta os dados colhidos e acima citados, fica claro e evidente que este programa também reprova no quesito sustentabilidade.

**Fonte:** elaborado pela autora da pesquisa (2022).

#### 4.6.1. Afecção de recursos por gênero

No gráfico que se segue, será apresentada a afecção dos recursos tendo em conta o gênero dos proponentes.

**Gráfico 4:** Afecção de recursos por gênero



**Fonte:** autora da pesquisa, compilado dos relatórios anuais do PERPU

Conforme pode-se observar, dos 1184 projectos beneficiados pelo financiamento, apenas 252 deles beneficiaram jovens, correspondentes a 21.28%, sendo as mulheres representadas por 53,04% e os homens por 46,95%.

#### **4.7. Evolução da taxa do reembolso do PERPU na Cidade de Maputo**

Segundo o relatório anual do PERPU de 2014, desde o início do programa até 31 de Dezembro de 2014, os mutuários do fundo do PERPU, reembolsaram 16.485.124,92Mt, valor correspondente a 35.6% do total de reembolsos planificado para este período (46.297.463,02Mt).

Por um lado, destaca-se o ano de 2012, com a maior taxa de reembolso registada, cerca de 42.58%, e por outro lado, o ano de 2013 com a menor taxa de reembolso verificada, 24.8%.

Durante o ano de 2014, foram reembolsados 8.49 Milhões de Meticais. Neste período, registou-se um aumento da taxa de reembolso, em cerca de 10.8 pontos percentuais em relação ao ano de 2013.

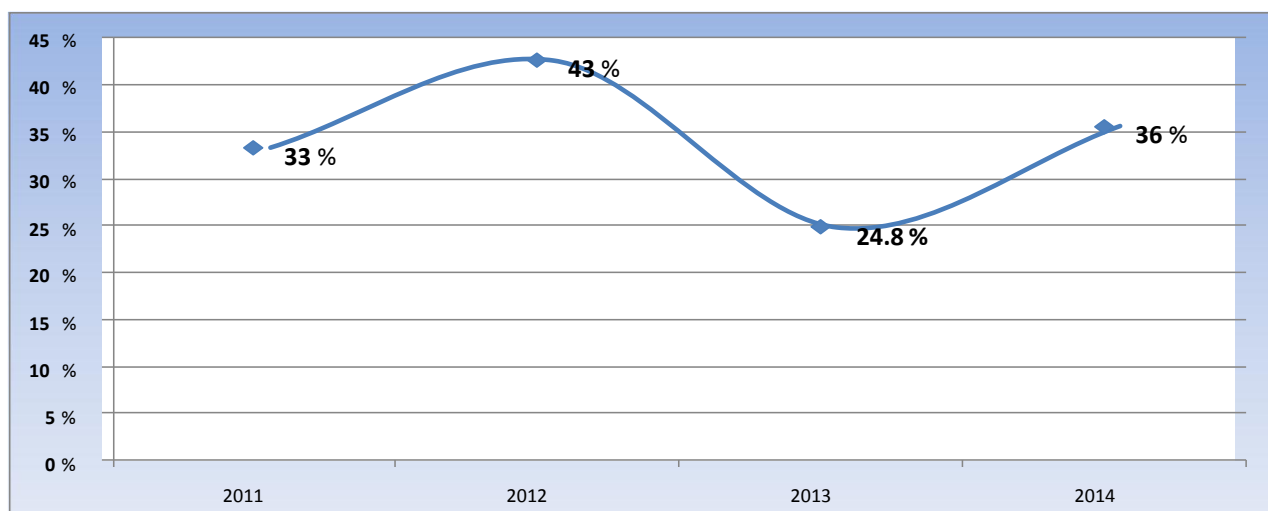
**Tabela 4.** Taxa de reembolso do PERPU na Cidade de Maputo

<b>Ano</b>	<b>Valor Planificado</b>	<b>Reembolso realizado</b>	<b>Taxa de reembolso (%)</b>
<b>2011</b>	1,347,680.85	447,248.42	<b>33.2%</b>
<b>2012</b>	4,282,741.15	1,461,039.44	<b>42.58%</b>
<b>2013</b>	21.959.503,07	3.624.579,57	<b>24.8%</b>
<b>2014</b>	14,075,570.43	8,490,597.80	<b>35.6%</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos relatórios anuais do programa.

De acordo com o gráfico 4, a taxa de reembolso atingiu o seu pico em 2012 (42.58%), tendo decrescido em 2013 (24.8%) e em 2014 a taxa de reembolso tornou a crescer (35.6%).

**Gráfico 5:** Evolução da Taxa de reembolso na Cidade de Maputo (2011-2014)



**Fonte:** Relatório anual do PERPU 2014

Conforme pode-se observar, o nível de reembolso é fraco, podendo se considerar como causas, os seguintes aspectos:

- Fraco acompanhamento do desempenho dos projectos pelos conselhos consultivos, que são presididos pelos vereadores dos DM's;
- Ineficácia de medidas sancionatórias previstas no artigo 8 do contrato do empréstimo (suspensão imediata das parcelas em falta e retirada do bem financiado) o que dá incentivo aos mutuários a não reembolsar o empréstimo recebido, uma vez que não é aplicado este dispositivo;
- Falta de idoneidade por parte de alguns mutuários que não devolvem valores bem como desvio de aplicação de fundos;
- Falta de seriedade na atribuição de atestado de idoneidade.

#### 4.7.1. Taxa de reembolso referente a cada Distrito Municipal

A tabela abaixo ilustra a taxa de evolução de cada distrito municipal na Cidade de Maputo. Assim sendo, fez-se a correlação entre o reembolso planificado e realizado para a determinação da taxa de reembolso de cada distrito.

O Distrito Municipal KaMaxakeni, com 70.4%, apresenta a maior taxa de reembolsos do município, enquanto o DM de Nhlamankulu, com 19.5%, apresenta a taxa de reembolso mais baixa.

**Tabela 5.** Taxa de reembolso por cada distrito municipal

Distrito Municipal	Reembolso Global de 2011 à 2014		Taxa de Reembolso (%)
	Planificado	Realizado	
<b>KaMpfumu</b>	8,802,243.47	3,691,785.03	41.9
<b>Nhlamankulu</b>	8,222,089.01	1,606,903.39	19.5
<b>KaMaxakeni</b>	4,792,213.10	3,371,370.32	70.4
<b>KaMavota</b>	8,326,644.62	4,047,912.81	48.6
<b>KaMubukwana</b>	16,154,272.82	3,767,153.37	23.3
<b>Total</b>	<b>46,297,463.02</b>	<b>16,485,124.92</b>	<b>35.6</b>

**Fonte:** Relatório anual do PERPU (2014).

De forma a fazer face a baixa taxa de reembolso verificada até ao momento, o 4º relatório de execução do PERPU, sugere uma proposta de melhoria tanto na obtenção dos reembolsos assim como na melhoria do programa em geral, na qual destaca-se o seguinte:

- A realização de encontros regulares com os Vereadores e Técnicos dos DM beneficiários do fundo do PERPU para o envolverem os Conselhos Consultivos Distritais na sensibilização dos mutuários para o pagamento das prestações;
- A disponibilização de meios circulantes e materiais para monitoria de projectos.

## **4.8. Conclusão e Recomendações**

### **4.8.1. Conclusão**

O presente trabalho procurou avaliar a implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana no âmbito da redução dos índices de pobreza urbana através da criação de postos de trabalho, bem como a melhoria das condições de vida dos munícipes. Logo de primeira foi constatada a importância dos reembolsos para o sucesso e sustentabilidade do programa, e por fim colocou-se sugestões que de princípio ajudariam a melhorar o alcance dos resultados esperados.

De acordo com as pesquisas realizadas, não há registos da existência de algum documento que evidencie, no que concerne a dados quantitativos/numéricos, as metas pretendidas com a elaboração deste programa. Este aspecto dificulta de grande forma a avaliação deste programa em termos de eficácia, pois não existem bases que permitam comparar os resultados obtidos em relação aos pretendidos. De igual modo, não existe um dado específico que evidencie a real contribuição deste programa para a redução de pobreza Urbana. Os dados sobre redução de pobreza urbana, disponibilizado pelo MPD, são deveras generalizados, não dando ao pesquisador uma margem palpável de avaliação desta política. Assim sendo, restou apenas, usar o critério "sustentabilidade" como o principal para suportar os argumentos trazidos pelos restantes critérios usados nesta pesquisa.

Conforme foram apresentados os dados da pesquisa, existem duas facetas desta política, sendo a primeira, que é a percepção do Governo e de um certo segmento dos beneficiados, que defende que o PERPU é uma política satisfatória e benéfica, ou seja, eficiente no âmbito da redução de pobreza urbana, embora pouco significativa para a redução da pobreza no seu todo.

A segunda diz respeito aos beneficiados do projecto, que ao longo da pesquisa constatou-se um certo desconforto, pelo modelo de financiamento, uma vez que desrespeita toda a estrutura de seus projectos, visto que os mesmos submetem um projecto onde se solicita um determinado valor, e são disponibilizados na maior parte das vezes um valor muito abaixo do esperado.

A principal questão que o presente estudo se propunha a responder era quais seriam os factores que influenciaram o grau de execução do PERPU na Cidade de Maputo (2011-2014)?

Podem ser considerados como factores determinantes, os seguintes:

- Desfasamento entre o período de reembolso e o ciclo de produção - quase todos os beneficiários assinaram o contrato de empréstimo com amortização mensal do empréstimo. No entanto alguns projectos têm um ciclo de produção com tempo superior a um mês;
- Fracos reembolsos;
- Desconhecimento dos proponentes dos mecanismos de reembolso;
- Ausência de um acompanhamento permanente dos projectos, por parte dos Técnicos e dos Membros dos Conselhos Consultivos dos DM's;
- Ineficácia de medidas sancionatórias previstas no artigo 8 do contrato do empréstimo (suspensão imediata das parcelas em falta e retirada do bem financiado) o que dá incentivo aos mutuários a não reembolsar o empréstimo recebido, uma vez que não é aplicado este dispositivo;
- Falta de seriedade na atribuição de atestado de idoneidade;
- Falta de idoneidade por parte dos mutuários;
- Desvio de aplicação de fundos;
- Desistência de quase todos os voluntários que se presumia que iriam trabalhar com as Comissões Técnicas Distritais na análise dos projectos, devido a falta de incentivos;
- Redução de valores solicitados pelos mutuários para a implementação do seu projecto sem aviso prévio do DM.

É inegável o papel fundamental do reembolso neste programa bem como a melhoria da monitoria e comunicação a nível tanto interno como externo.

Não querendo desvalorizar os aspectos positivos deste programa, a pesquisa se encerra confirmando a nossa hipótese, segundo a qual, o fraco nível de reembolso, aliado a fraca monitoria contribuíram negativamente para implementação do PERPU, na Cidade de Maputo, e sugerindo também uma nova abordagem que se acredita poder melhorar o desempenho, no que tange ao alcance de resultados e sustentabilidade do mesmo.

#### **4.8.2. Recomendações**

Através dos dados recolhidos e das respectivas interpretações realizadas, algumas sugestões de mudanças podem ser feitas para que se obtenha um grau maior de satisfação da comunidade da Cidade de Maputo, e em futuros projectos similares, o estudo recomenda o seguinte:

- Formação dos beneficiários, em matéria de gestão financeira e matéria especificamente para a gestão do PERPU, de modo a garantir a sustentabilidade do projecto;
- A disponibilização de meios circulantes e materiais para monitoria de projectos;
- Formação equipas técnicas a nível do distrito para a monitoria dos projectos financiados do Governo;
- Capacitar os Conselhos Consultivos de Base em torno da importância dos reembolsos dos fundos;
- Ter mais consideração pelo tipo de projecto a ser aprovado e o valor a ser disponibilizado, conforme visto, não foi exequível o corte de financiamento como forma de tentar beneficiar um maior número de cidadãos, antes poucos projectos aprovados e bem-sucedidos, que vários aprovados e mal sucedidos;
- Intensificar o processo de monitoria e avaliação, podendo ser de carácter mensal ou trimestral, de modo a limar anomalias de implementação e possíveis desvios de aplicação dos fundos,;
- Disponibilização de incentivos financeiros de modo a evitar desistência por parte dos voluntários;
- Aplicação das medidas coercivas como forma de encorajar o devido reembolso;
- Intensificar a disseminação de informação a nível local para que este programa abranja ais munícipes.

Para os anos que se seguem, havendo intenção de se redesenhar este programa, visto que actualmente este não está a ser financiado, por razões já citadas, apenas decorre o processo de amortização, seria recomendável que se estimassem metas a atingir, que podem e deverão servir como impulsionador de um trabalho árduo com o fim único de trazer melhorias de implementação. É igualmente recomendável, a rigidez no controle e funcionamento de toda estrutura, a fim de mitigar os problemas já mencionados.



#### 4.9. Referências bibliográfica

- ANDRADE, M. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 3<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Atlas, 2004
- BARBEDO, J. *Textura da Pobreza Urbana- Métodos de análise espacial de apoio à formulação de políticas urbanas de redução da pobreza em Regiões Metropolitanas da África Sub-Sahariana - o caso de estudo de Luanda*, 2007
- BLOEMER, N e XAVIER, S. *Programas habitacionais: indicadores de avaliação*. São Paulo, 2012
- BOOM, B. *Análise da pobreza em Moçambique-Situação da pobreza dos agregados familiares, mal nutrição infantil e outros indicadores 1997, 2003, 2009*. Maputo, 2011
- BRITO, L. *Pobreza, PARPAS e Governação*. Maputo, 2012
- BROTTI, M. LAPA J.D. *Modelo de avaliação do desempenho da administração da escola sob os critérios de eficiência, eficácia efetividade e relevância: Avaliação Revista Da Avaliação Da Educação Superior, s.l, 2004*
- CAPUCHA, L. *Desafios da Pobreza*. Celta Editora. Oeiras, 2005
- CASTEL-BRANCO, C. e OSSEMANE, R. *Política monetária e a redução pobreza em Moçambique* in Luís de Brito, *et al* (org)., *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. Pp. 185-201, 2012
- CRESPO, A. e GUROVITZ, E. *A pobreza como um factor multidimensional*. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas,2002
- CUNGUARA, B. Hanlon, J. *O fracasso na redução da pobreza em Moçambique*. s.l, 2010
- DOUGLAS, M. “*O mundo dos bens, vinte anos depois*”. Horizontes Antropológicos. Vol. 13. Pp. 17-32, 2007
- DRAIBE, S. *Avaliação de Implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas*. São Paulo, 2001
- DUNN, W. *Public Policy Analysis: An introduction*. 4<sup>th</sup> ed. Upper Saddle River, New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2008
- DYE, T. D. *Understanding public policy*. Englewood cliffs, N.J. : Prentice – Hall, 1984;

- FARIA, A. CUNHA, I. *Manual prático para elaboração de monografias, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses*. Editora Vozes. São Paulo, 2007
- FERREIRA, A. *Miniaurélio: O dicionário da língua portuguesa*. 6ª ed. Rev. Atual. Curitiba: Positivo, 2005
- FERREIRA, J. M. C., *Sociologia*. Editora Mc. Graw-Hil. Lisboa, 1995
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002
- GOIANINHA. *O que é uma técnica de amostragem de probabilidade*, s.d, s.l
- HANLON, J. *Is poverty decreasing in Mozambique?*. London, 2007
- Instituto Nacional de Estatística. *Recenseamento Geral da População e Habitação*, 2007
- JOHN, P. *Is there life after policy streams, advocacy coalitions, and punctuations: Using evolutionary theory to explain policy change? Policy Studies Journal*, v. 31, n. 4, p. 481-498, 2003.
- John, P. “*New directions in public policy: theories of policy change and variation reconsidered*”, 2013, disponível em: [http://www.icpublicpolicy.org/IMG/pdf/panel\\_84\\_1\\_peter\\_john.pdf](http://www.icpublicpolicy.org/IMG/pdf/panel_84_1_peter_john.pdf) (última consulta em Agosto de 2016). DOI : 10.2139/ssrn.2286711
- LAKATOS, E. MARCONI, M. *Técnicas de pesquisa*. 7ª ed. São Paulo editora atlas. São Paulo, 2008
- LOPES, M. *Análise de Pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu: Minas Gerais, 2004
- MAGUENHE, C. *Avaliação da Implementação do Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana no âmbito da geração de emprego no Distrito Municipal KaMubukwana (2011 – 2014)*. Trabalho de Conclusão do curso, Universidade Eduardo Mondlane. Cidade de Maputo, 2016
- Ministério da Administração Estatal. *Critérios de afectação e procedimentos para o uso de recursos no âmbito da redução da pobreza urbana*. Maputo. 2011
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. *Instituições de Ensino Superior*. Maputo, 2021

- Ministério da Planificação e Desenvolvimento, *Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana 2010-2014*, Maputo, 2010
- MIRA, M., MASSIMO, P., Das GUPTAS A. *Mapa Sanitário do Município de Maputo*. Maputo, 2013
- OCHOA, C. *Amostragem não probabilística: amostragem por conveniência*. S.l,
- PEREIRA, O. *Políticas públicas e coesão social*. São Paulo: Atlas, 2005
- PETERS, B. *American Public Policy*. Chathan, N.J.: Chathan House, 1986
- Plano Quinquenal do Governo. *Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014*. Maputo, 2010
- PROGRAMA ESTRATÉGICO PARA A REDUÇÃO DA POBREZA URBANA-RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PERPU – 2011-2014, Aprovado pelo Conselho de Ministros, Maputo, 2010
- Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana 2010-2014;
- República Moçambique, Programa Quinquenal do Governo para o ano 2010-2014, Maputo.2010
- REZENDE, F. *Por Que Falham as Reformas Administrativas?* Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004
- RODRIGUES, M. ARAÚJO L. «Modelos de análise das políticas públicas», Sociologia, Problemas e Práticas, 83 | -1, 11-35. 2017
- SANDE, Z. “7 Milhões”: *Revisão do Debate e Desafios Para a Diversificação da Base Produtiva*”. Maputo: IESE. Pp. 1-22, 2011
- SAMUELSON, P. NORDHAUS, W. *Economia*. 19ª Edição. Nova Iorque: McGraw-Hill, 2010
- SEN, A. *Development as Freedom*, Oxford University Press, 1999
- THEODOULOU, S. CAHN, M. *Public Policy: The Essential Readings*. New Jersey: California State University, 1995
- TRUE, J. L.; JONES, B. D.; BAUMGARTNER, F. R. Punctuated equilibrium theory. In: SABATIER, P. *Theories of the policy process*. 2ª. ed. Cambridge, MA: Westview Press, 2007. p. 155-187.
- TRUZÃO, S. *Dinâmica da Resposta à Pobreza Urbana: Uma análise à implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2011-2014 no Posto Administrativo Número 1 na Cidade de Chimoio*.

Trabalho de Conclusão do curso, Universidade Eduardo Mondlane. Cidade de Maputo, 2013

- TVEDTEN, I. *Espaço Urbano e Pobreza em Maputo, Moçambique*, Maputo, 2013
- VERGARA. S. *Projectos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2000

# Apêndices

## **Guião de entrevista INE**

- Que matéria trazem os estudos sobre pobreza no geral? Como se define a pobreza?
- Como se comportaram os índices de pobreza entre 2010 a 2014?
- Qual o papel da descentralização na redução da pobreza em geral e em específico a urbana?
- Como tem sido a satisfação de necessidades básicas? Qual tem sido a tendência?
- Que desafios marcaram este período?
- Quais as causas da pobreza urbana?
- Que factores condicionaram o aumento dos índices de pobreza mesmo havendo programas governamentais para redução dos mesmos?
- Será que o PERPU agregou valor aos objectivos do PARPAS, ou pode-se considerar como um programa falido?
- Há evidências de criação e circulação de riqueza?
- E sobre a taxa de escolarização, bem-estar, pobreza alimentar a acesso a saúde, o que revelam os estudos do INE?

## **Guião de entrevista para o município**

### **1. Situação actual das zonas urbanas (2010-2014) no distrito de KaMubukwana**

- Quais são as evidências de criação de riqueza nas zonas urbanas?
- Qual é a taxa de escolarização?
- Bem-estar pobreza alimentar?
- Acesso a saúde?

### **2. Quais as causas da pobreza urbana?**

### **3. Caracterização do distrito de KaMubukwana**

- Localização;
- Número de bairros;
- Universo populacional (número de habitantes);
- Língua predominante;
- Número de escolas primárias/secundárias;
- Centros educacionais.
- Principais actividades económicas;
- Estrutura administrativa.

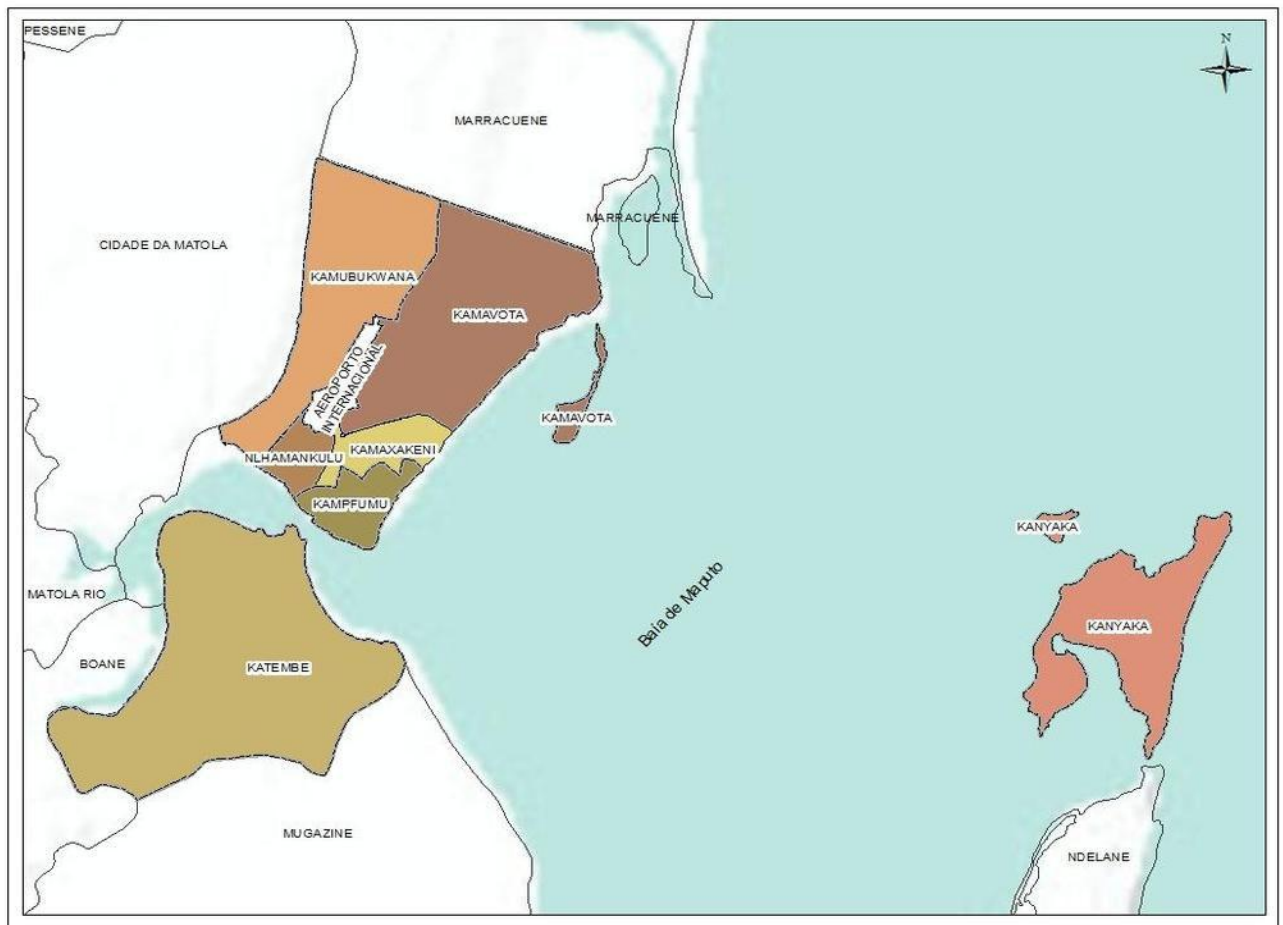
## **Guia de entrevista para os mutuários**

- Qual o sector de actividade escolhido?
- Como soube da existência do programa?
- Em quanto estava avaliado o projecto e quanto lhe foi disponibilizado?
- O dinheiro serviu para o devido fim?
- Se não, o que motivou o desvio de aplicação?
- Quanto dinheiro já foi reembolsado?
- O que motivou a demora no reembolso?
- Tem contacto frequente com as estruturas do bairro?
- Quais as maiores dificuldades enfrentadas?



# **Anexos**

## Distritos municipais que constituem a Cidade de Maputo



Fonte: [docplayer.com.br](http://docplayer.com.br)



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

**CREDENCIAL N°76/DRA-FLCS/ 2020**

Tendo em vista a realização de um trabalho de recolha de dados sobre o tema “ Efeitos do Programa Estratégico Para a Redução da Pobreza Urbana”, da Disciplina de Trabalho de Fim de Curso, credencia-se junto ao Ministério de Planificação e Desenvolvimento, a Srª **Jennifer Gariray Fernandes Baptista**, estudante do 4º ano do Curso de Licenciatura em Administração Pública, nesta Instituição.

Agradece-se antecipadamente todo o apoio que lhe possa ser prestado para o bom andamento do trabalho.

Maputo, 06 de Agosto de 2020

O Director Nacional Adjunto para área de Graduação

**Prof. Doutor Eliseu Mabasso**  
(Professor Associado)





FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

**CREDECIAL N°77/DRA-FLCS/ 2020**

Tendo em vista a realização de um trabalho de recolha de dados sobre o tema “ Efeitos do Programa Estratégico Para a Redução da Pobreza Urbana”, da Disciplina de Trabalho de Fim de Curso, credencia-se junto ao Instituto Nacional de Estatística, a Sr<sup>a</sup> **Jennifer Gariray Fernandes Baptista**, estudante do 4º ano do Curso de Licenciatura em Administração Pública, nesta Instituição.

Agradece-se antecipadamente todo o apoio que lhe possa ser prestado para o bom andamento do trabalho.

Maputo, 06 de Agosto de 2020

O Director Nacional Adjunto para área de Graduação

**Prof. Doutor Eliseu Mabasso**  
(Professor Associado)



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

**CREDECIAL N°78/DRA-FLCS/ 2020**

Tendo em vista a realização de um trabalho de recolha de dados sobre o tema “ Efeitos do Programa Estratégico Para a Redução da Pobreza Urbana”, da Disciplina de Trabalho de Fim de Curso, credencia-se junto ao Instituto de Estudos Sociais Económicos, a Srª **Jennifer Gariray Fernandes Baptista**, estudante do 4º ano do Curso de Licenciatura em Administração Pública, nesta Instituição.

Agradece-se antecipadamente todo o apoio que lhe possa ser prestado para o bom andamento do trabalho.

Maputo, 06 de Agosto de 2020

O Director Nacional Adjunto para área de Graduação

**Prof. Doutor Eliseu Mabasso**  
(Professor Associado)





MUNICIPIO DE MAPUTO

CONSELHO MUNICIPAL  
DIRECÇÃO DE SERVIÇO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS

Exmo. Senhor  
Eliseu Mabasso,  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais  
Universidade Eduardo Mondlane

Maputo

---/ /2020

711/SGI/2020/DMRH/DPDRH/2020/Cod.Class.024.1

Assunto: Pedido de Recolha de Dados

1. Comunica-se a V.Excia que por Despacho de 13 de Março de 2020, da Exma. Senhora Vereadora do Pelouro de Descentralização, Boa Governação e Recursos Humanos, foi autorizado o pedido de recolha de dados subordinada ao Tema: " **Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana: Caso de KaMubukwana**, para a senhora **Jennifer Gariray Fernandes Baptista** estudante do 4º ano curso de Licenciatura em Administração Pública.
2. Assim, a estudante deverá apresentar-se a esta Direcção, Departamento de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, para procedimentos administrativos subsequentes.

Com os melhores cumprimentos

O Director,

Armando Novo

Téc. Sup. Em. Adm. Púb. N1



Assinado em 18/11/2020

AMF.17.03.2020





MUNICIPIO DE MAPUTO  
CONSELHO MUNICIPAL  
DIRECÇÃO DE SERVIÇO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS

Guia de Apresentação Nº 62-----DSMRH/SEC/2020

Segue a apresentar-se na Administração do Distrito Municipal KaMubukwana a Senhora **Jennifer Gariray Fernandes Baptista**, estudante do 4º ano do Curso de Licenciatura em Administração Pública, autorizada por despacho de 13 de Março de 2020, da Exma Senhora Vereadora do Pelouro de Descentralização, Boa Governação e Recursos Humanos, para efeitos de recolhas de dados.

Direcção de Serviço Municipal de Recusos Humanos, aos de Maio de 2020

Com os melhores cumprimentos

O Director;

Armando Novo

/Técnico Superior em Adm. Pub. N1/

DISTRITO MUNICIPAL KAMUBUKWANA  
Entrada N. 596,024.1,2020  
Em 14 de Maio de 2020